

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE LETRAS

RODRIGO CÉZAR DIAS

BELETRISMO BELICOSO:

uma polêmica literária no espelho paródico das “Balas de estalo”

Porto Alegre

2016

RODRIGO CÉZAR DIAS

BELETRISMO BELICOSO:

uma polêmica literária no espelho paródico das “Balas de estalo”

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa – pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Professor Orientador: Antônio Marcos Vieira Sanseverino

Porto Alegre

2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Antônio Sanseverino pela orientação generosa ao longo dos meus quatro anos de iniciação científica. Obrigado pela confiança e pela amizade.

À Denise e à Janaína, colegas de pesquisa e amigas queridas, que leram este trabalho e contribuíram com sugestões valiosas.

Ao Sebastião, meu pai, pelas caronas, pelas conversas, pela compreensão e por todo apoio.

À Juçara, minha mãe, que, apesar de não ter tido a oportunidade de concluir os estudos, me alfabetizou e sempre buscou instigar minha vontade de aprender.

À Bruna, pela leitura atenta e pelas inúmeras revisões e sugestões (e também pelas eventuais sacudidas que me fazem voltar aos trilhos). Obrigado por todos os sorrisos nestes cinco anos e por fazer do mundo um lugar mais bonito. Te amo.

Quando percebemos que o adversário é superior e que não ficaremos com a razão, devemos nos tornar ofensivos, insultantes, indelicados. O caráter ofensivo consiste em passar do objeto da contenda (pois nele o caso está perdido) para o contendor, atacando de alguma maneira a sua pessoa.

(Arthur Schopenhauer – A arte de ter razão)

RESUMO

O presente trabalho propõe a realização de uma leitura do jornal brasileiro do último quartel do século XIX enquanto plataforma de debate público, abordando especificamente o caso da *Gazeta de Notícias*. Para tanto, são analisados dois conjuntos de textos: a polêmica literária travada por Silvío Romero e Valentim Magalhães em 1884, cujos textos foram publicados, respectivamente, n'A *Folha Nova* e na *Gazeta de Notícias*, e a paródia de polêmica desenvolvida paralelamente pelos pseudônimos Lulu Sênior e Zig-Zag – correspondendo, respectivamente, aos autores empíricos Ferreira de Araújo e Henrique Chaves – na série “Balas de estalo”. Com isso, pretende-se observar, primeiramente, a representatividade da prática da polêmica nesse contexto, relacionando-a com a ideia de um discurso polêmico entranhado na experiência brasileira. Em uma visada mais específica, levantamos a hipótese de que a função dos pseudônimos da série “Balas de estalo” varia conforme uma conveniência de procedimentos por parte dos autores empíricos, oscilando entre a simples assinatura e o personagem-narrador ficcionalmente, apresentando diversos gradientes de investimento e elaboração ficcionais conforme o objeto e/ou temática abordados no texto.

Palavras-chave: Lulu Sênior, Zig-Zag, polêmica literária, “Balas de estalo”, *Gazeta de notícias*.

ABSTRACT

This paper aims to accomplish a reading of the Brazilian newspaper of the last quarter of the 19th century as a platform for public debate, specifically approaching the case of *Gazeta de Notícias*. To this purpose, we analyzed the 1884 literary polemic between Silvio Romero and Valentim Magalhães, whose texts were published in *A Folha Nova* and *Gazeta de Notícias*, respectively. In addition, we studied the parody of polemic made by the pseudonyms Lulu Sênior and Zig-Zag – corresponding to the empiric authors Ferreira de Araújo and Henrique Chaves, respectively – in the section “Balas de estalo”. This way, we intended to not only observe the representativeness of the practice of polemics in the news context, but also relate it with the idea of a polemic discourse deep-rooted in the Brazilian experience. On a more specific approach, we have hypothesized that the function of pseudonyms in “Balas de estalo” varies according to a convenience of procedures taken by the empiric authors. Oscillating between the signature and the fictionally constituted character-narrator, these pseudonyms presented several nuances of fictional elaboration according to the object and/or theme of the text.

Keywords: Lulu Sênior, Zig-Zag, literary polemic, “Balas de estalo”, *Gazeta de notícias*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – <i>Gazeta de Noticias</i>	21
Figura 2 – Zig-Zag convida Lulu Sênior a se retirar das "Balas de estalo"	35
Figura 3 – O jornal como arena.....	37
Figura 4 – "Notas á margem"	41
Figura 5 – Livros baratíssimos	55

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação dos textos do <i>corpus</i>	47
--	----

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
1. IMPRENSA E ESFERA PÚBLICA NO BRASIL	14
1.1. Um excuro pelos meandros da publicidade	14
1.2. A <i>Gazeta de Noticias</i> : “uma folha popular”	19
2. A CRÔNICA NO JORNAL E SEUS PROTOCOLOS DE ESCRITA.....	27
2.1. Colibris ziguezagueando pelo mercado: uma problematização da crônica.....	27
2.2. “Balas de estalo”: um projeto coletivo	30
3. OS POETAS EM MANGAS DE CAMISA.....	37
3.1. Uma “nova geração” que é pelo menos três	40
3.2. Poetas de ocasião: uma paródia de polêmica literária	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	59
ANEXOS	64

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho traz como alicerce um acúmulo de leitura e discussão referente à minha participação como bolsista de Iniciação Científica no grupo de pesquisa “Crônica e cotidiano no final do Império: Machado de Assis e a série ‘Balas de estalo’”, coordenado pelo professor Antônio Sanseverino. Quando iniciei minhas atividades no grupo, tomei conhecimento de que a série de crônicas em questão, publicada de 1883 a 1886 e não raro associada somente a Machado de Assis, era uma série coletiva, veiculada quase que diariamente na *Gazeta de Notícias*¹, sendo que ao menos seis autores se revezavam na produção de textos assinados por pseudônimos, tratando de política e cotidiano sob um viés humorístico bastante mordaz.

Dentre todas as balas publicadas na *Gazeta*, somente as de Lélío, pseudônimo de Machado de Assis, possuem edições em livro em circulação². Por ocasião desse empecilho, o grupo tinha recém adquirido boa parte dos textos em microfilme³, haja vista que o caráter coletivo da série tornava patente uma leitura que contemplasse os outros autores, considerando que diversas vezes eles estabeleciam diálogo por meio de suas balas. Realizávamos, então, a leitura por meio de excertos digitalizados, sem termos acesso às edições completas do jornal. Frequentemente era necessário decifrar caracteres pouco nítidos, seja por conta da baixa resolução das imagens, seja por conta da ocasional proximidade do texto à dobra do jornal, o que fazia com que algumas palavras descrevessem curvas que impossibilitavam a sua compreensão.

Ainda assim, a leitura das balas isolada da leitura das demais seções da *Gazeta* também se apresentava problemática, visto que os textos frequentemente referiam acontecimentos coetâneos, muitas vezes estampados em outras seções do jornal – ou mesmo em seções de outros jornais. Por carência de fontes, frequentemente nos restava especular, a partir do material que tínhamos em mãos, a linha editorial desses periódicos referidos e o posicionamento de autores a cujos textos não tínhamos acesso. Autores

¹ Os títulos de periódicos e de seções terão suas grafias originais mantidas neste trabalho, ao passo que os textos terão a ortografia atualizada.

² A tipografia da *Gazeta de Notícias* chegou a editar uma coletânea das “Balas de estalo” em 1887, reunindo crônicas de Lulu Sênior e Zig-Zag, pseudônimos de Ferreira de Araújo e Henrique Chaves, respectivamente. Entretanto, não temos notícia de reedições e o livro é raro, não estando disponibilizado em meio digital.

³ Boa parte das digitalizações do microfilme foram obtidas em 2012 junto ao Arquivo Edgard Leuenroth, da UNICAMP. Meses depois, nossa colega de pesquisa, Janaína Tatim, digitalizou mais uma remessa de textos que faltavam, tendo seu trabalho logo suplantado pela digitalização realizada pela Biblioteca Nacional e disponibilizada em julho de 2012 no sítio da Hemeroteca Digital Brasileira, <memoria.bn.br>.

que muitas vezes possuíam mais entradas como logradouros do que como jornalistas ou escritores nos mecanismos de busca da internet. Tal situação foi em boa parte remediada quando a Biblioteca Nacional disponibilizou as edições digitalizadas da *Gazeta de Notícias* e de outros periódicos na Hemeroteca Digital Brasileira, o que nos possibilitou a experiência de leitura de edições completas dos jornais. Entretanto, o *Jornal do Commercio*, principal contraponto da *Gazeta*, permaneceria indisponível até o final de 2015.

Partindo desse contexto de estudo, despertou-me interesse a leitura dos textos de Ferreira de Araújo, um dos diretores do jornal e o colaborador mais assíduo das “Balas de estalo”. Ironicamente, minha primeira apresentação de trabalho vinculada ao grupo “Crônica e cotidiano no final do Império: Machado de Assis e a série ‘Balas de estalo’” não trazia nenhum texto de Machado no *corpus*. Nesse primeiro trabalho, abordei a produção de Araújo na *Gazeta* durante o ano de 1883, comparando as crônicas de Lulu Sênior, seu pseudônimo, com os textos da coluna semanal “Cousas políticas” que, apesar de não assinada, era atribuída ao jornalista.⁴ Com isso, foi possível entrever na escrita de Lulu Sênior que o pseudônimo oscilava entre simples assinatura e narrador-personagem constituído ficcionalmente, procedimento formal que analisei com mais vagar em estudo posterior (DIAS, 2015), o qual constitui o embrião deste trabalho.

Posto isso, lanço mão de dois conjuntos de textos como *corpus* central, sendo o primeiro constituído pela polêmica literária travada entre Valentim Magalhães e Silvio Romero, cujo estopim foi a crítica daquele ao livro de poemas intitulado *Últimos harpejos*, de autoria deste⁵. Como segundo conjunto de textos, figura a paródia de polêmica literária realizada por Lulu Sênior e Zig-Zag – pseudônimo de Henrique Chaves –, desenvolvida na série “Balas de estalo” quando o outro embate encaminhava-se para o fim, desenrolando-se de 30/01/1884 até 17/02/1884. A título de *corpus* difuso, entra a leitura das edições dos periódicos que circundam as duas polêmicas – tanto da *Gazeta*, em que os textos de Magalhães, Chaves e Araújo foram publicados, quanto d’*A Folha Nova*, periódico em que Romero publicou os seus.

⁴ A leitura da série “Cousas políticas” foi realizada, inicialmente, por meio do livro homônimo publicado em 1884 pela tipografia da *Gazeta de Notícias*, o qual reúne os artigos do ano anterior e atribui a autoria a Araújo.

⁵ A crítica inicial de Magalhães aos *Últimos harpejos* foi publicada nos dias 22, 23 e 24/12/1883. A resposta de Romero foi publicada entre os dias 29/01/1884 e 03/02/1884, sendo rebatida por Valentim entre os dias 30/01/1884 e 05/02/1884.

Por meio dessa leitura, levanto dois pontos a serem discutidos ao longo deste texto. O primeiro se trata da investigação acerca da oscilação dos pseudônimos Lulu Sênior e Zig-Zag entre assinatura e personagem-narrador, buscando delinear que fatores influenciam o movimento entre esses dois polos. O segundo ponto consiste no estudo da polêmica enquanto prática discursiva constante na imprensa brasileira, principalmente no que se refere ao último quartel do século XIX, período englobado no escopo deste trabalho.

Essa análise vai ao encontro do pressuposto de que os periódicos estudados compõem uma rede de textos tensionados entre si, constituindo uma espécie de mosaico dialógico. Desse modo, a imprensa se comporta enquanto uma plataforma de debate público a partir da qual indivíduos privilegiados – material e/ou simbolicamente – se projetam não só defendendo ideias e posições, mas também construindo sua imagem pública, frequentemente por meio da desconstrução do outro, não raro recorrendo a insultos pessoais.

Sidney Chalhoub afirma, ao se referir à crônica oitocentista no Brasil, que “reza a lenda que cânone literário e indiferentismo político são assim como irmãos siameses; por conseguinte, não podia haver literatura em textos tão conspurcados pelos interesses de seu tempo, tão afundados na lama da história à qual pertenciam” (CHALHOUB, 2009, p. 235). Penso, pois, que nesses textos que se propunham efêmeros podemos encontrar subsídios para uma leitura de questões estruturais dessa sociedade que podem nos escapar em textos que granjearam permanência ao longo dos séculos. Além disso, é possível que encontremos, nas fraturas formais dessas vozes narrativas, por vezes contraditórias ou incoerentes ao longo das séries das quais participavam, vestígios das concepções de narração desses autores que podem auxiliar a pensar tanto sobre poéticas em jogo na imprensa como sobre as concepções de narração vigentes no período.

Posto isso, este estudo se estrutura em três capítulos, que sintetizo da seguinte maneira. O primeiro trata da materialidade do jornal, abordando as relações entre mercado, imprensa e política, tendo em vista o seu papel no desenvolvimento de uma esfera pública no Brasil. Para esse fim, mobilizo o conceito de esfera pública a partir da *Mudança estrutural da esfera pública*, de Jürgen Habermas. O segundo capítulo revisita o conceito de crônica, considerando seu caráter proteico e sua necessária problematização ao lidarmos com gestualidades variadas que respondem a funções

sociais diversas. Com isso, pretendo embasar a leitura das “Balas de estalo” enquanto crônicas sem, no entanto, engessá-las em uma categorização, buscando evitar, assim, uma essencialização do gênero. O terceiro aborda a polêmica enquanto discurso subjacente à imprensa e enquanto gênero discursivo sedimentado que responde a uma conjuntura sócio-histórica determinada. Para tanto, procedo com a análise do *corpus* observando o comportamento das dinâmicas dialogais na interlocução entre os contendores e na relação entre a paródia de polêmica e a polêmica que lhe serviu de mote.

1. IMPRENSA E ESFERA PÚBLICA NO BRASIL

1.1. Um excuro pelos meandros da publicidade

Conforme a edição do dia 15/05/1884 do *Jornal do Commercio*, temos notícia de que na véspera reuniram-se na Assembleia Geral do Senado Brasileiro quarenta e um dos cinquenta e sete parlamentares que então compunham a câmara. Dentre as pautas em debate, que se desenvolvem ao longo de quase duas das oito páginas da edição, figurou a discussão a respeito de um contrato entre o Senado e a empresa J. Villeneuve & C., proprietária do *Jornal do Commercio*, contrato este que versava sobre a publicação dos debates do Senado no periódico. O assunto em questão se desenrola na polarização entre os senadores Silveira da Motta e Ambrósio Leitão da Cunha, o Barão de Mamoré, sendo que o primeiro manifesta reservas em relação ao negócio enquanto o segundo – parecerista do contrato – posiciona-se a favor.

Silveira da Motta começa a discussão reconhecendo, primeiramente, que a publicação dos discursos no *Diario Official*

não correspondia à *necessidade pública da publicidade dos debates*, por causa da limitada circulação dessa folha; e a limitação de publicidade dos debates do senado, a meu ver, tinha o grande inconveniente político, que todos os dias se sente, e é, que o país não tem conhecimento completo, como devia ter, das opiniões que se manifestam nesta casa, dos fundamentos que têm as leis, cujos preâmbulos não existem, e são substituídos pelas discussões parlamentares. Esta limitação era, portanto um grande inconveniente político (Silveira da Motta, “Assembleia Geral: Senado”, *Jornal do Commercio*, 15 mai. 1884, p. 1, grifo meu)⁶.

Ao assinalar a importância da quase pleonástica “necessidade pública da publicidade dos debates”, o senador compartilha da ideia de que o público deve estar inteirado do que acontece na política. Entretanto, é oportuno frisar que esse “país” por ele mencionado se trata de um público não só que lê, mas que possui condições materiais e simbólicas para ter acesso ao conteúdo do *Jornal do Commercio*. Assim, o membro em potencial desse coletivo precisaria ter meios financeiros para comprar o jornal – ou possuir relação com alguém ou alguma instituição que pudesse emprestá-lo – e um trânsito pelas letras que lhe permitisse embrenhar-se nas matérias abordadas pelo periódico por meio de uma linguagem um tanto empolada.

⁶ Neste trabalho será utilizada a seguinte convenção para a citação de textos de periódicos: nome do autor ou assinatura quando houver, título da seção entre aspas, periódico, data e página. A grafia dos títulos de periódicos e de seções será mantida, enquanto a dos autores será atualizada.

Posto isso, o senador manifesta estar preocupado com a possibilidade de extinção da Tipografia Nacional, que, a seu ver, seria a consequência imediata do negócio. Ademais, a transação parece-lhe onerosa demais para o Senado, pois, de acordo com os termos do contrato anterior, a despesa com a publicação dos discursos era de 9:000\$ (nove contos de réis)⁷ mensais, sendo 2:000\$ para o serviço de redação; já o contrato atual apresentava a soma de 10:000\$, da qual não estava especificado se o serviço de redação estaria incluso. Junto a essas questões, o parlamentar ainda aventa a possível falta de revisão por conta do curto prazo de entrega dos textos para publicação, além da ausência de cláusulas que garantissem o bom cumprimento dos serviços pela contratada.⁸

Após abrir esse leque de argumentos, o senador retoma a questão da publicidade com que iniciara sua fala, fazendo nova ressalva acerca da importância de uma reavaliação das condições do contrato:

Tenho declarado que desejo muito melhorar as condições de publicidade dos debates do senado, porque em um país livre como este, sente-se todos os dias no espírito público a falta de conhecimento das opiniões do corpo legislativo; mas, repito, não é preciso para conseguir isto celebrar um contrato sem algumas das restrições que todos os contratos têm tido e este não tem, não sei por que; é um contrato cheio de condições onerosas só para uma das partes (Silveira da Motta, “Assembleia Geral: Senado”, *Jornal do Commercio*, 15 mai. 1884, p. 1).

Encerrada a fala do senador, o Barão de Mamoré, que se posicionava a favor do negócio, toma a palavra. Mamoré declara que Silveira da Motta equivocava-se ao pensar que o contrato era desvantajoso para o senado, lançando mão do déficit de 18:000\$ nas contas da Tipografia Nacional nos anos anteriores como argumento. A respeito das possíveis demissões na Tipografia, o senador aponta que Silveira da Motta

deixou de atender a que o quadro ordinário do pessoal da tipografia nacional é aumentado durante as sessões do parlamento, reduzindo-se ao quadro ordinário durante o intervalo das sessões; já vê, portanto, o nobre senador, que não tem procedência a sua observação (Barão de Mamoré, “Assembleia Geral: Senado”, *Jornal do Commercio*, 15 mai. 1884, p. 1).

⁷ Para termos uma ideia do poder de compra dos montantes apresentados nos contratos, lanço mão, a título de comparação, da oferta de um “lindo chalé” situado no bairro Riachuelo – afastado do Centro, em uma zona mais rural –, que contava “com duas salas, quatro quartos, banheiro, tanque para lavar e grande terreno arborizado”, posto à venda por 8:500\$ na seção de anúncios do periódico. (*Jornal do Commercio*, 15/05/1884, p. 8).

⁸ A publicação de sessões parlamentares nos jornais era comum – a *Gazeta*, inclusive, publicava com certa frequência. O caso do *Jornal do Commercio* em questão, contudo, tratava-se de uma publicação oficial em um veículo privado.

Todavia, em se tratando das conveniências de ordem política, ambos os parlamentares concordam. Mamoré afirma pensar

não ser preciso mostrar ao senado que a publicação de nossos debates em um jornal que não é lido, como *Diario Official*, não traz vantagem alguma política; ficando o país na ignorância do que se passa no parlamento, quer quanto ao que nele disserem seus representantes, quer também quanto a exposição e motivo das leis, que deixarão de ser expostas por meio dos preâmbulos antigos para serem substituídas pelas discussões das câmaras.

Quando fui consultado pelo honrado presidente do senado para fazer-se este contrato, disse eu que a minha opinião era sabida, porque em mais de uma sessão do senado manifestei ser uma despesa perfeitamente supérflua aquela que o tesouro fazia com a publicação de nossos debates no *Diario Official*, e a prova está em que sempre que os senadores ou deputados queriam que os seus discursos fossem lidos os mandavam publicar nos *a pedidos* do *Jornal do Commercio* [...] Essas reimpressões, pois, provam a vantagem que há em fazer-se a publicação dos debates em uma folha de circulação que o *Diario Official* absolutamente não tem (Barão de Mamoré, “Assembleia Geral: Senado”, *Jornal do Commercio*, 15 mai. 1884, p. 1).

No desfecho de sua fala, que encerra a discussão sobre o tópico, Mamoré reafirma sua confiança no *Jornal do Commercio*, acreditando que o negócio traria a vantagem “de o país ler aquilo que na câmara dissermos” (Barão de Mamoré, “Assembleia Geral: Senado”, *Jornal do Commercio*, 15 mai. 1884, p. 1).

O discurso de ambos os contendores converge, pois, somente no que concerne à ideia de que haveria um “espírito público” ou um “país” que deveria estar engajado na política e atento às discussões parlamentares para que compreendesse os fundamentos das leis em vigor. Essas duas categorias, “país” e “espírito público”, comportam-se como essencializações do corpo de cidadãos em que todos os membros virtualmente teriam livre acesso para estarem a par das discussões e, quando possível, participarem delas; na prática, contudo, esse corpo de cidadãos seria representado por uma quantia reduzida de indivíduos que efetivamente possuíam acesso a essa esfera de debate.

Para pensar esse “espírito público”, recorro ao conceito de esfera pública burguesa desenvolvido por Jürgen Habermas (2003). Em síntese, a esfera pública seria a instância intermediadora entre sociedade civil e poder público, na qual indivíduos privados se reúnem para discutir assuntos publicamente relevantes, questionando o poder público ao mesmo tempo em que são por ele regulamentados, o que consiste em um movimento de dupla constituição por meio de uma pressão mútua.

Haja vista que esse conceito de esfera pública burguesa foi construído tendo como referente a experiência europeia – sobretudo a inglesa, a francesa e a alemã –, faz-

se necessário um esforço de mediação para pensar como o conceito pode ser utilizado para a leitura da sociedade brasileira oitocentista. Mobilizo, pois, a hipótese de Fernando Perlatto de que

a esfera pública, ao lado do Estado e mercado, configurou-se no Brasil desde o século XIX, ainda que sua construção tenha sido marcada pela *seletividade*, tanto no que tange aos personagens capazes de nela operar, quanto em relação aos temas a serem debatidos em seu âmbito. (PERLATTO, 2015, p. 122, grifo do autor).

Com isso, o autor não desconsidera a seletividade das esferas públicas construídas na Europa e nos Estados Unidos, visto que nesses contextos a participação era facultada somente aos homens burgueses, segmentando diversos estratos da população. Entretanto, continua ele, “em sociedades estratificadas como a brasileira, caracterizadas pela escravidão e por altos índices de analfabetismo, essa seletividade ganhou novos contornos, configurando-se de forma mais significativa e sistemática” (PERLATTO, 2015, p. 126).

Pensando por meio desse aparato conceitual, podemos dizer que a iniciativa de publicar discursos e sessões da câmara no *Jornal do Commercio* para que o “país” tomasse conhecimento a respeito das discussões considerava um público restrito. Conforme o censo de 1872⁹, cerca de 16% da população brasileira era alfabetizada – sem levar em conta as diversas nuances de letramento que escapam à categorização binária de alfabetizado ou não alfabetizado. Na Corte, a taxa aumentava para aproximadamente 36%, o que equivalia a aproximadamente cem mil indivíduos. Salvo engano, nenhum periódico brasileiro alcança tiragem superior a quarenta mil exemplares ao longo do século XIX, sendo que o *Jornal do Commercio*, apontado por Silveira da Motta e por Mamoré como um veículo adequado para a difusão dos debates parlamentares, possuía uma tiragem diária que não passava dos vinte mil exemplares.¹⁰

Todavia, a ideia de publicidade que, em tese, assumiria a função de possibilitar a todos os cidadãos uma compreensão razoável acerca do funcionamento da máquina

⁹ Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=225477>>. Acesso em: 08/06/2016.

¹⁰ Os dados referentes à tiragem presentes neste trabalho foram coletados diretamente dos periódicos consultados, com exceção dos casos em que a tiragem não estava informada – como o do *Jornal do Commercio*, por exemplo. Nessas circunstâncias, lancei mão do quadro desenvolvido por Marialva Barbosa (2010) em que a autora arrola a tiragem de alguns periódicos no período entre 1900 e 1908 (ANEXO A). No que diz respeito ao teto de 40 mil exemplares diários, a autora afirma que o *Jornal do Brasil*, fundado em 1891, possuía uma tiragem diária de sessenta mil exemplares no período entre 1900 e 1908; entretanto, não foi possível verificar a informação no periódico para constatar se esse volume de produção é atingido ainda no século XIX.

política, traz em si outras camadas de sentido. Habermas sinaliza uma “síndrome significacional” dos termos “público” e “esfera pública”, desvelando em um corte transversal os diversos estratos de significados – não raro conflitantes – sedimentados nesses conceitos. A título de ilustração, o autor comenta que um evento público seria acessível a qualquer um, em contraposição às sociedades fechadas; entretanto, um prédio público não necessariamente é acessível à frequência pública, recebendo tal adjetivo por conta de estar vinculado ao Estado – o poder público. A publicidade, originalmente apenas característica do que é público, ganha outros matizes e funções, como o mecanismo de despertar e/ou dirigir a opinião pública e, ainda, o de promover pessoas, produtos ou ideias por meio da propaganda (HABERMAS, 2003, p. 14).

Assim, a publicidade, no sentido da transcrição dos discursos e debates parlamentares no jornal de modo a torná-los acessíveis ao público, desempenha, concomitantemente a essa função, um papel de mecanismo de promoção. Um dos argumentos de Mamoré é o acima supracitado de que “sempre que os senadores ou deputados queriam que os seus discursos fossem lidos os mandavam publicar nos ‘a pedidos’ do *Jornal do Commercio*” (Barão de Mamoré, “Assembleia Geral: Senado”, *Jornal do Commercio*, 15 mai. 1884, p. 1). Desse modo, a imprensa assume uma função ambígua, sendo, ao mesmo tempo, púlpito a partir do qual indivíduos particulares se dirigiam a um público e vitrine na qual esses agentes constroem e expõem sua imagem pública.

Contudo, o potencial de os periódicos conferirem publicidade a indivíduos particulares, grupos ou ideias não era uma via de mão única. Se por um lado determinados agentes se utilizavam da imprensa para verbalizar suas questões publicamente, por outro, a operação dos veículos era mantida, em grande medida, por conta do aporte financeiro proveniente de anúncios e publicações pagas – tanto por meio da iniciativa privada quanto da governamental.

Nesta leitura inicial, observamos o jornal por meio de um recorte do *Jornal do Commercio*, destacando um aspecto específico, qual seja, a publicidade. Porém, para que consigamos apreender esse aspecto de forma mais concreta, faz-se necessário abordar a sua inserção no mercado, considerando as estratégias comerciais em jogo e o modo como elas influenciam a estrutura do jornal como um todo. Para tanto, lanço mão de um olhar mais aprofundado para a *Gazeta de Noticias*, por duas razões. A primeira,

mais evidente, justifica-se por o veículo abrigar a parte mais significativa do *corpus* do presente estudo, o que pede uma leitura mais minuciosa de sua linha editorial para a contextualização dos textos analisados. A segunda razão fundamenta-se por a *Gazeta* representar um ponto de inflexão em seu campo ao se apresentar como uma folha popular de grande escala, podendo ser vista como uma das pioneiras no movimento de modernização da imprensa brasileira. Não podemos perder de vista, no entanto, que essa popularização, posto que consista em uma mudança considerável em relação ao paradigma anterior, ainda é bastante restrita.

1.2. A *Gazeta de Notícias*: “uma folha popular”

A *Gazeta de Notícias*, fundada por Elísio Mendes, Manuel Carneiro e Ferreira de Araújo, teve sua primeira edição publicada em 02/08/1875, a qual se enquadrava no modelo de jornal diário da época – quatro páginas organizadas em colunas, nas quais diversos textos quase que justapostos formavam uma espécie de mosaico. Ao consultar o seu número de estreia na Hemeroteca Digital Brasileira, encontramos um prospecto de uma página, não datado, que circulou antes do lançamento do jornal, visto que traz em um de seus textos o aviso de que “a publicação da *Gazeta de Notícias* começará brevemente e será anunciada com alguns dias de antecedência nas principais folhas da Corte e províncias” (*Gazeta de Notícias*, s.d., p. 1). Junto a esse texto, encontramos informes sobre o futuro funcionamento da folha, curiosidades, notícias concisas, anúncios (inclusive d’*O mosquito*, hebdomadário de Elísio Mendes e Manuel Carneiro para o qual Araújo colaborava) e um folhetim no pé da página em que o pseudônimo Bob explica o motivo pelo qual a *Gazeta* não teria um programa:

Há uma cousa muito tola em todos os jornais que começam: o programa.

Não há fulano de qualidade alguma que, para impingir ao público uma folha de papel impressa pelos quatro lados, não imagine logo que é necessário declarar em tipo grosso e entrelinhado¹¹, ao que cá vem.

Ao que cá vem, digo eu: ao que tem tenção de vir.

A rigor, compreende-se que os ministérios novos façam um cartaz da sua futura conduta. Noventa vezes sobre oitenta e seis é o mesmo que se o não fizessem, mas é uso...

¹¹ O texto entrelinhado possuía um maior espaçamento entre linhas, possibilitando uma leitura mais agradável e sendo utilizado, em geral, para seções de maior destaque. Um “a pedido” entrelinhado custava mais caro do que um simples, visto que ocupava mais espaço no jornal.

Dizem eles, por exemplo: vamos ocupar-nos de estudar a questão dos impostos. Já o cidadão sabe que na primeira ocasião tem na décima uma diferença de vinte por cento... para mais.

Em política serve o programa para *cinzar* os olhos do próximo.

Por que razão se seguiria a mesma prática nos jornais? (Bob, “Folhetim”, *Gazeta de Notícias*, s.d., p. 1, grifo do autor).

Após alguns exemplos jocosos, o folhetinista encerra o texto com a seguinte anedota:

A propósito de programas, contou-me agora mesmo um amigo uma anedota acontecida com um rei.

Que rei era, não chegamos a um acordo sobre quem havia de ser o herói da história. Queria ele que fosse o Sr. D. João VI, de tabaqueira memória; mas eu opinei que deixássemos em paz a memória d’um rei que em sua vida tanto honrou as canjas apesuntadas, preferindo atribuir o dito a algum rei da Inglaterra: mas isso também era muito aventurar, e então o melhor é contar o conto e deixar lá o rei.

Havia, pois, sua Majestade prometido ao seu povo uma *constituição*.

O povinho bateu palmas de contente, e foi-se cada um para sua casa esperar por ela:

Passaram-se meses, passaram-se anos – eram capazes de passar séculos – e de constituição, nem notícias. O povo afinal cansou-se d’esperar e foi até os régios paços perguntar a Sua Majestade pelo que lhes havia prometido.

O rei, sem se comover, respondeu paternalmente aos que haviam tomado a *palavra* para lhe recordar a *sua*:

– Certamente, meus filhos, certamente. Prometi-vos uma constituição, não há dúvida. Mas parece-me que ainda não estou em falta... prometi é verdade, mas não disse para quando... Ora, ide para casa descansados, que um dia tereis a constituição.

*

Os programas, em geral, são como as constituições do tal rei.

Nada, nada.

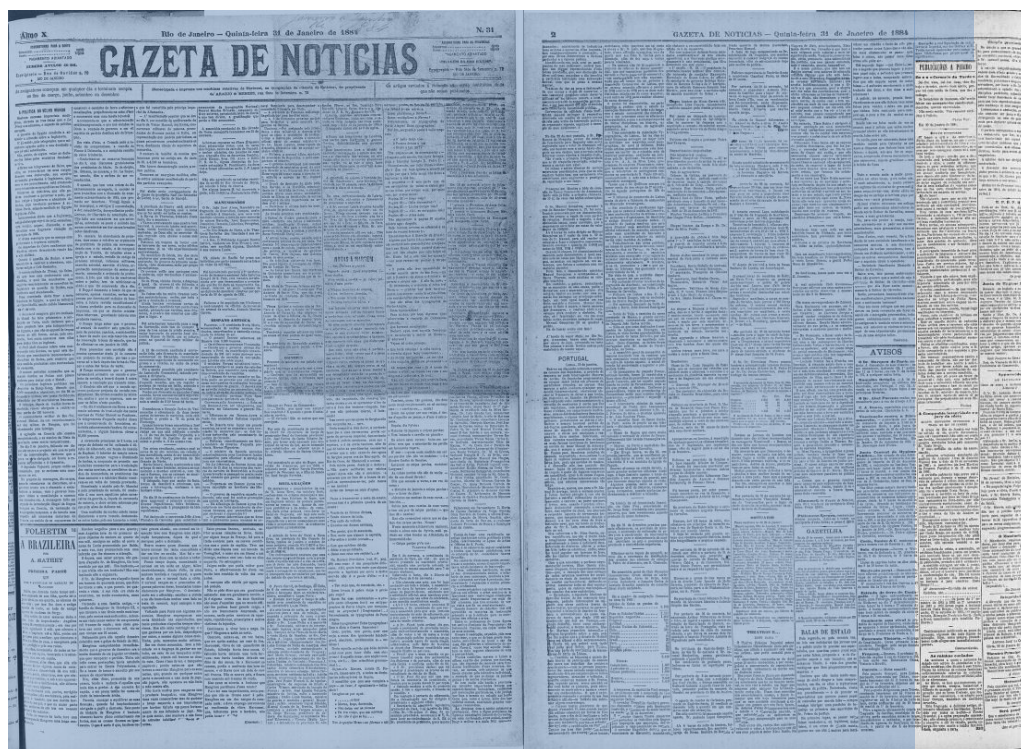
O melhor programa d’um jornal que quer agradar ao público é – agradar-lhe – sem programa (Bob, “Folhetim”, *Gazeta de Notícias*, s.d., p. 1, grifos do autor).

No folhetim já podemos entrever um posicionamento cético do jornal em relação à política e ao jornalismo, o que viria a se concretizar ao longo dos anos de atividade da folha. A crítica ao governo, por mais que seja superficial e diluída em abstrações, não deixa de ser uma leitura relevante do cenário político brasileiro da segunda metade do século XIX, considerando a recorrência de críticas ao não cumprimento dos programas dos partidos políticos – principalmente nos casos do Partido Liberal e Republicano, que em tese, deveriam ser bem mais progressistas do que eram na prática. Outrossim, a anedota já anuncia alguma irreverência ante a monarquia por meio da “defesa” debochada de D. João VI pelo folhetinista, o que também viria a se comprovar, haja vista o alinhamento da folha com os ideais republicanos. É patente, portanto, a presença

do humor em um jornal cujos assuntos principais seriam política e economia; ou seja, humor e seriedade convivendo lado a lado, o que contrasta com o sisudo *Jornal do Commercio*.

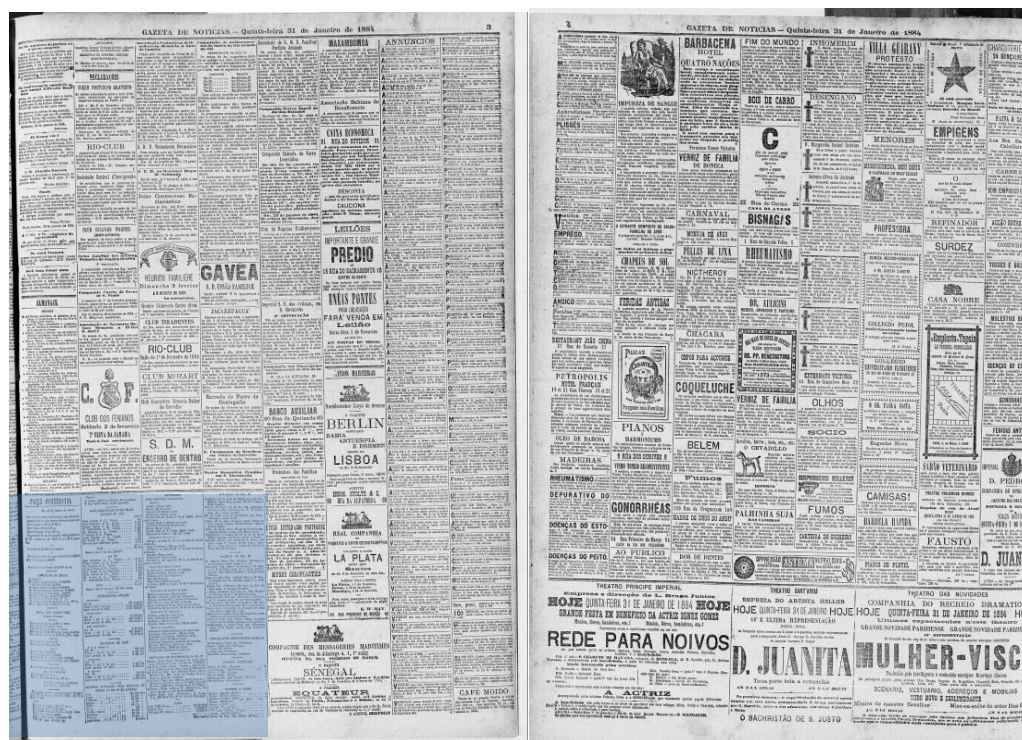
Considerando que a *Gazeta* declara no *Prospecto* que não era folha de partido¹², isto é, que não seria subsidiada por partidos ou grupos políticos para representar seus interesses – expediente bastante comum à época, constituindo o principal sustento de diversas folhas efêmeras –, restava ao periódico captar recursos por meio da publicação de anúncios e de “a pedidos”. Assim, podemos dividir o jornal entre *espaço editorial* (compreendendo o conteúdo produzido ou selecionado pela redação e pelos colaboradores) e *espaço comercializado* (compreendendo anúncios e publicações pagas).¹³ A título de ilustração, trago uma edição da *Gazeta* como exemplo.

Figura 1 – *Gazeta de Noticias*



¹² Apesar de se posicionar como republicana, a *Gazeta de Noticias* não demonstrava filiação ao Partido Republicano. Em um dos textos publicados na coluna “Cousas políticas”, Araújo comenta, por exemplo, que o Partido Republicano carecia de organização, liderança e programa – o que esperava ver remediado algum dia (Ferreira de Araújo, “Cousas políticas”, *Gazeta de Noticias*, 30 abr. 1883, p. 1).

¹³ Essa divisão, contudo, pode ser precisada somente em tese, pois seria ingenuidade pensar que as redações dos periódicos se comportariam de forma neutra, não cedendo a interesses pessoais ou mesmo financeiros por meio de publicações lisonjeiras ou afrontosas produzidas pelo corpo editorial.



Fonte: *Gazeta de Noticias*, 31 jan. 1884.

O espaço editorial, grifado em azul, engloba o conteúdo produzido pela redação, como notícias, artigos, crônicas, informações sobre transações financeiras e movimentação de mercadorias (especialmente na “Parte Commercial”, situada na terceira página do exemplo acima), e o conteúdo selecionado pela redação, como romances folhetins e material proveniente da agência telegráfica Havas. O espaço comercializado, por sua vez, compreende as publicações a pedido e os anúncios publicitários¹⁴. Era frequente que o espaço ocupado por conteúdo produzido ou selecionado pela redação não chegasse a constituir metade da edição, sintoma do alto grau de dependência da publicidade para a manutenção operacional do veículo.

Esse modelo de organização enquanto empreendimento comercial que prima pela neutralidade partidária aproxima-se da postura demonstrada pelo *Jornal do Commercio*, periódico que poderia ser considerado “informativo”, ou seja, caracterizado como produtor de informação não associado a partidos políticos. Entretanto, como podemos vislumbrar na seção anterior, o *Jornal do Commercio* possuía um alinhamento bastante próximo com o governo, sendo por vezes tratado pelos redatores da *Gazeta*

¹⁴ Conforme informações levantadas no jornal, as publicações a pedido custavam 120 réis por linha (cf. José do Egito, “Balas de estalo”, *Gazeta de Noticias*, 11 jul. 1883, p. 2). Frequentemente as edições apresentavam, conforme demanda, duas ou quatro páginas adicionais dedicadas à publicação de anúncios, editais, regimentos de sociedades etc.

como um órgão “quase oficial” em decorrência de seu posicionamento político e do influxo de capital que recebia por conta das publicações oficiais que veiculava em suas páginas. O salto da *Gazeta* em relação ao *Jornal* se dá, então, no posicionamento que ela toma perante o público.

Conforme anunciado no prospecto, “além d’um folhetim-romance, a *Gazeta de Noticias* todos os dias dará um folhetim de atualidade. Artes, literatura, teatros, modas, acontecimentos notáveis, de tudo a *Gazeta de Noticias* se propõe trazer ao corrente seus leitores” (*Gazeta de Noticias*, s.d., p. 1). Contudo, na primeira edição do periódico, o folhetim trata da linha editorial do jornal e da atitude da redação perante o mundo – em outras palavras: não tendo programa, a *Gazeta* acaba publicando pelo menos dois deles. O segundo “não programa” fica a cargo de Lulu Sênior, pseudônimo de Ferreira de Araújo que já era então utilizado n’*O mosquito* e que viria a ser utilizado nas “Balas de estalo”.

No texto, Lulu Sênior afirma que “um jornal nasce com a idade do espírito de seus redatores”, sendo que a *Gazeta de Noticias* teria “vinte e... tantos anos. Quer isto dizer que ainda tem coração para falar de amor às moças, ainda sabe rir com os rapazes, e apesar de recém-nascida sabe talvez já ter juízo como os velhos, mas a seu modo” (Lulu Sênior, “Folhetim da *Gazeta de Noticias*”, *Gazeta de Noticias*, 02 ago. 1875, p. 1). Essa suposta flexibilidade atribuída ao periódico delinea o seu público leitor projetado de uma forma mais concreta, dando a entender que o jornal se dirigiria a um grupo bastante heterogêneo.

Tal projeção pode ser confirmada por meio de uma carta enviada por Henrique Chaves, figura proeminente na redação do periódico, a Mariano Pina por ocasião de sua nomeação como correspondente da *Gazeta de Noticias* em Paris no ano de 1882. Na correspondência, Chaves aconselha o colega: “não debes perder de vista que a *Gazeta* é uma folha *popular*. Não debes pois ter preocupações de escola, na maneira de escrever. Escreve do modo que possas agradar ao maior número” (CHAVES, 1882 apud MINÉ, 2000, p. 216, grifo do autor).

Levando em conta a proposta de atingir um público amplo, a *Gazeta* lançou mão de uma estratégia comercial inovadora, sendo o primeiro periódico brasileiro de grande porte a vender edições avulsas, o que foi seguido por outras folhas, incluindo o *Jornal do Commercio*, que, segundo o relato de Carl von Koseritz em *Imagens do Brasil*, era

comercializado sob o mesmo regime em 1883, por 100 réis a unidade (KOSERITZ, 1980, p. 56). Em relação ao preço, as edições da *Gazeta* custavam 40 réis, sendo que a assinatura mensal custava 1\$000, valor relativamente acessível. À guisa de comparação, a assinatura trimestral do *Jornal do Commercio* custava 8\$000 (o que equivale a 2\$666 mensais, se fizermos o rateio do valor).

Essa flexibilidade da *Gazeta*, que se propõe popular tanto em seu aspecto formal, por conta dos textos mais leves, como no aspecto econômico, por conta do regime de venda e do preço mais acessível, responde a uma mudança estrutural no Império, que se via em um contexto de crise política e modernização conservadora, retratado por Angela Alonso em *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. Esse processo de crise e modernização manifestou-se de forma interdependente, principalmente se considerarmos como seu ponto central a Lei do Ventre Livre, assinada em 1871 pelo gabinete conservador de Rio Branco, que provocou cisões internas tanto no Partido Conservador, em decorrência do prejuízo aos interesses da lavoura, quanto no Partido Liberal, que viu um elemento de seu programa ser “roubado” e, ao mesmo tempo, viu a pauta da reforma eleitoral¹⁵ ser protelada. Tais fissuras na estrutura político-econômica brasileira, conjugadas com a reforma do ensino superior, em 1874, que possibilitou o acesso de estamentos sociais outrora excluídos às universidades, proporcionaram uma expansão da *estrutura de oportunidades políticas*. Esse conceito, mobilizado por Alonso e desenvolvido por Charles Tilly e Sidney Tarrow, consistiria, basicamente, no espaço de mobilidade que os agentes possuem como oportunidade de ação coletiva margeado pelas restrições impostas a eles pelo Estado e por suas formas de repressão (TARROW, 1994, p. 99).

Assim, há uma abertura para a participação de grupos até então marginalizados *politicamente*¹⁶ que viriam a contestar o *status quo* imperial a partir de instituições como clubes, sociedades e periódicos. Esse movimento se constitui, segundo Alonso, a partir de uma convergência negativa em decorrência da experiência compartilhada de marginalização política, visto que

¹⁵ Pode-se dizer, em linhas gerais, que a disputa central na política do final do século XIX era por espaço de atuação, centrada no confronto entre a manutenção dos cargos por parte dos conservadores, que detinham a maioria das cadeiras do senado e eram beneficiados pelo regime vitalício em vigência, e a demanda dos liberais por uma reforma eleitoral que possibilitasse o acesso de seus membros ao parlamento.

¹⁶ Vale ressaltar que, apesar de marginalizados politicamente, esses agentes possuíam meios materiais e simbólicos para conferir publicidade a suas demandas.

as instituições imperiais prejudicavam suas carreiras ou bloqueavam seu acesso às posições de proeminência no regime imperial, fosse por não pertencerem aos estamentos senhoriais, de onde se extraía a elite imperial, fosse por serem membros de suas facções politicamente subordinadas (ALONSO, 2002, p. 43).

Essa convergência, todavia, não implica necessariamente solidariedade entre os indivíduos, dado que esses agentes também se constituíam negativamente entre si. Isso se dava tanto por conta de divergências entre os projetos que defendiam, quanto pela própria competição que permeava suas relações, tendo em vista não só a exiguidade das posições por eles disputadas, mas também o público restrito ao qual se dirigiam a partir das plataformas de difusão disponíveis, como *meetings*, opúsculos, livros e jornais.

Com esse breve esboço do que teria sido a heterogênea “geração 1870”, podemos pensar em como os autores se inseriam nos veículos da imprensa e como era sua relação com o fazer jornalístico. Para tanto, tomo como exemplo o caso dos colaboradores da *Gazeta de Notícias* que participaram das “Balas de estalo”, que, além da atividade na redação do jornal, acumulavam outras atividades profissionais, no funcionalismo público ou como profissionais liberais, conjugadas com alguma prática literária. Ferreira de Araújo era diretor da *Gazeta*, médico (exerceu a profissão até 1877) e comediógrafo; Machado de Assis era funcionário público vinculado ao Ministério da Agricultura e dos Transportes, ocupando o cargo de primeiro oficial da Secretaria de Estado do referido ministério a partir de 1873; Henrique Chaves era dramaturgo e tradutor de peças teatrais; Demerval da Fonseca era médico, dramaturgo e foi eleito senador em 1891¹⁷; Valentim Magalhães era poeta, contista e advogado; Capistrano de Abreu era historiador, servidor público na Biblioteca Nacional (1879 -1883) e professor do Colégio Dom Pedro II (1883 – 1899). Encontramos na *Gazeta* anúncios de Araújo, Magalhães e Demerval indicando o endereço da redação como endereço profissional; o caso do último é mais curioso ainda: no dia 04/07/1882 encontra-se, em uma mesma página, anúncios do Demerval-médico e do Demerval-dramaturgo. (*Gazeta de Notícias*, 04 jul. 1882, p. 4).

Ao tratar da imprensa na República Velha, Sérgio Miceli esboça rapidamente as relações entre autores e ofício jornalístico ao longo da segunda metade do século XIX: de prática "tolerada" para alguns românticos (como Alencar e Macedo) passa a ser, para

¹⁷ A informação a respeito da atividade parlamentar de Demerval está um tanto desconhecida. No *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, de Sacramento Blake, ele consta como senador, mas seu nome não está presente no banco de dados do site do Senado Federal.

certos literatos da “geração de 1870”, fonte de renda complementar cada vez mais importante, tornando-se, por fim, atividade central para os, por ele chamados, “anatolianos”, os quais constituem o enfoque de seu estudo (MICELI, 1977, p. 72). A respeito desse acúmulo de funções, Leonardo Pereira nos traz um desabafo eloquente de Valentim Magalhães:

A gente aqui pode ser literato como queira e tanto quanto queira, com a condição de ser, antes de literato, qualquer outra coisa. Esta coisa pode ser qualquer, como tenho a honra de lhes dizer: – bacharel em direito ou caixeiro, médico ou botequineiro, rábula ou sacristão, andador de almas ou diretor de secretaria, coronel da guarda nacional ou sapateiro, juiz ou tipógrafo, amanuense ou cigarreiro. Qualquer desses misteres constitui a “obrigação”, as letras a “devoção”. Aquilo é que dá as “louras” e o pão, isto apenas dá os louros ou... pau” (MAGALHÃES, 1887 apud PEREIRA, 1994, p. 9-10).

Penso, entretanto, que essa dualidade apresenta uma falsa oposição, tratando-se mais precisamente de uma relação complementar entre “obrigação” e “devoção”, na qual uma alavanca a outra. Conforme Angela Alonso, “o entrelaçamento entre vida política e intelectual era tão forte, que era quase impossível ascender ao parlamento sem ter escrito antes uns poemas” (ALONSO, 2002, p. 113). Desse modo, podemos depreender que a imprensa da época desempenha nesse jogo uma função social de vitrine em que o homem de letras pode se projetar enquanto homem público, sendo um espaço fundamental por meio do qual autores da elite intelectual brasileira – marginalizada ou não marginalizada politicamente – disputavam o reconhecimento material e simbólico de um público em formação.

2. A CRÔNICA NO JORNAL E SEUS PROTOCOLOS DE ESCRITA

2.1. Colibris ziguezagueando pelo mercado: uma problematização da crônica

A crônica é frequentemente classificada como sendo um gênero híbrido, estando situada entre o texto literário e o jornalístico e apresentando como características formais a leveza, o humor, certo tom de conversa e algum destaque para a expressão da subjetividade do cronista que, por vezes, flerta com o lirismo. Esse tipo de classificação, todavia, implica o risco de se essencializar a crônica, mesmo que por meio da admissão da dificuldade de classificação que o objeto impõe, como podemos perceber nas abordagens de Davi Arrigucci Jr. e Antonio Candido¹⁸. Ambos os autores consideram uma evolução progressiva do gênero, tendo como ponto de chegada – em maior e menor escala, respectivamente – a produção de Rubem Braga, erigido como espécie de modelo de cronista a partir do qual os demais – passados e futuros – são avaliados.

Essa reconstituição teleológica da história do gênero valoriza a crônica que transcende a efemeridade do jornal rumo ao livro, tomando como critério relevante de qualidade a presença de um nível de autonomia estética que permita que a crônica mantenha certo nível de legibilidade mesmo quando apartada de seu contexto imediato de publicação. Principalmente a partir dos anos 1930, a crônica começa a fazer parte de um circuito que contempla não só a publicação em periódicos, mas também a publicação de coletâneas em livro, processo que provoca um refluxo, cristalizando características do que seria a crônica e influenciando a escrita dos cronistas no jornal.

No século XIX, contudo, esse movimento acontecia de forma ainda incipiente¹⁹, o que nos permite ponderar sobre o maior vínculo da crônica com o jornal e com as questões de sua época. Nesse sentido, Marlyse Meyer (1998) procede com um resgate arqueológico minucioso das origens da crônica, remetendo às colunas de variedades e aos folhetins desde a imprensa francesa dos anos 1830. Rastreado a função social dos textos veiculados nessas seções nos jornais brasileiros, a autora demonstra que tal como na França, o folhetim, espaço vazio a ser preenchido por romances seriados ou por comentários variados, era a viga-mestra do jornal, conjugando entretenimento e

¹⁸ Há que se considerar, no entanto, o propósito inicial do texto de Candido, publicado originalmente em *Para gostar de ler: crônicas*, vol. 5, como uma introdução à seleta composta por textos de Carlos Drummond de Andrade, Rubem Braga, Fernando Sabino e Paulo Mendes Campos.

¹⁹ A série “Ao correr da pena”, compilação dos folhetins de José de Alencar publicados no *Correio Mercantil* nos anos 1854-1855, por exemplo, foi reunida somente em 1874 pelo editor J. M. Vaz Pinto Coelho, com o aval do autor.

instrução e tendo em vista a conquista e manutenção do público leitor. Não é fortuito, portanto, o folhetim ocupar um lugar de destaque, o “rés-do-chão”, frequentemente na primeira página do jornal.

Ao fim do estudo, a autora confessa, porém, que o problema da crônica continua sem resolução, recorrendo às palavras de José de Alencar sobre o fazer folhetinesco ou cronístico, aqui transcritas²⁰:

[...] quem foi o inventor [...] deste novo Proteu, que chamam folhetim [...]? Obrigar um homem a percorrer todos os acontecimentos, a passar do gracejo ao assunto sério, do riso e do prazer às misérias e às chagas da sociedade; e isto com a mesma graça e a mesma *nonchalance* com que uma senhora volta as páginas douradas do seu álbum [...]. Fazerem do escritor uma espécie de colibri a esvoaçar em ziguezague, e a sugar, como o mel das flores, a graça, o sal e o espírito que deve necessariamente descobrir no ato mais comezinho! [...]

Nada, isto não tem jeito! É preciso acabar de uma vez com semelhante confusão, e estabelecer a ordem nestas coisas. Quando queremos jantar, vamos ao Hotel da Europa; se desejamos passar a noite escolhemos entre o baile e o teatro. Compramos luvas no Wallerstein, perfumarias no Desmarais, e mandamos fazer roupa no Dagnan. O poeta glosa o mote, que lhe dão, o músico fantasia sobre um tema favorito, o escritor adota um título para seu livro ou o seu artigo. Somente o folhetim é que há de sair fora da regra geral, e ser uma espécie de panacea, um tratado de *omni scibili et possibili*, um dicionário espanhol que contenha todas as coisas e algumas coisinhas mais? Enquanto o Instituto de França e a Academia de Lisboa não concordarem numa exata definição do folhetim, tenho para mim que a coisa é impossível (ALENCAR, 1960, p. 648 apud MEYER, 1987, p. 185).

Por meio desse recurso, a autora conclui sua “perseguição policialesca” afirmando que “o pé de chumbo da pesquisa periga fazer adernar o esvoaçante colibri” (MEYER, 1987, p. 186). Esse fechamento não deixa de ir ao encontro do argumento de Candido e Arrigucci Jr., que essencializam o gênero em alguma medida, sublimando a crônica de seu contexto de produção ao avaliá-la a partir de seu nível de autonomia estética. Ao destacarem a imagem do colibri como uma representação do cronista, os três críticos deixam de lado a matéria histórica para a qual se volta o folhetinista ao longo do texto. Aproveitando o trecho citado por Meyer, por exemplo, são ignorados os índices da penetração do cotidiano burguês²¹ no Brasil dos anos de 1850 – teatro, baile, jantar em hotel, comercialização de artigos de luxo etc. –, rol de elementos ao qual podemos adicionar o folhetim ou crônica como produto consumível.

²⁰ Folhetim publicado originalmente no *Correio Mercantil* em 24/09/1854.

²¹ Esse cotidiano, no entanto, não deixa de ser, em boa parte, um cotidiano imaginado que apaga as arestas da falta de planejamento urbano e o trabalho diário realizado pelos escravos de ganho, por exemplo.

Na apresentação de *História em cousas miúdas*, os organizadores do livro apontam que o tipo de avaliação realizado por Candido em “A realidade ao rés-do-chão” seria sustentado por um pressuposto que ainda configuraria a leitura da crônica atualmente: a suposta ausência de elaboração narrativa do gênero.

Habitualmente vistas como ‘um misto híbrido de jornalismo e literatura’, na definição de Gledson, elas se aproximariam, na sua concepção, do caráter despretenso e datado de uma notícia de jornal. Escritas ‘ao correr da pena’, como afirmava José de Alencar, seriam produzidas por força das circunstâncias, sem obedecer a nenhum impulso criativo mais elevado (CHALHOUB et al, 2005, p. 12)

Posto isso, os autores alçam a crônica ao patamar de complexidade do romance e do conto – que muitas vezes eram escritos em condições de produção semelhante –, buscando observar as características específicas do gênero e de sua sedimentação no Brasil a partir da segunda metade do século XIX.

Por conta do diálogo intenso da crônica com a imediaticidade, o caráter de intervenção na realidade é destacado como uma de suas marcas principais: “longe de refletir ou espelhar alguma realidade, ela tentava analisá-la e transformá-la – valendo-se, para isso, de um tom leve, que atraísse o leitor, e da penetração social das folhas nas quais eram publicadas” (CHALHOUB et al, 2005, p. 15). Essa intervenção, segundo os autores, seria realizada por meio de variados recursos estéticos aos quais os cronistas recorriam para elaborar suas séries. Entretanto, cabe salientar que essa elaboração formal se subordina à indeterminação histórica a que está submetido o cronista, que depende “dos acontecimentos com os quais busca interagir, movendo-se e transformando-se de acordo com eles” (CHALHOUB et al, 2005, p. 15).

Por meio dessa breve revisão teórica procurei esboçar a complexidade do conceito de crônica enquanto gênero, valioso como categoria analítica quando observamos suas marcas estáveis e sua constituição histórica e, ao mesmo tempo, problemático por conta de seu nível de abstração, que pode vir a descolar os textos e seus autores de seu contexto de produção. Em “O autor como produtor”, publicado em 1934, Walter Benjamin alerta para o fato de que se fazia necessário “repensar a ideia de formas ou gêneros literários em função dos fatos técnicos de nossa situação atual, se quisermos alcançar as formas de expressão adequadas às energias literárias do nosso tempo” (BENJAMIN, 2012, p. 132). Tomando o jornal como cenário-exemplo em que haveria uma confusão que dilui e funde as formas literárias, o seu conteúdo torna-se, conforme o autor, matéria organizada em função da impaciência do leitor.

Podemos deslocar esse argumento para a imprensa brasileira do fim do século XIX, sem perder de vista, é claro, que ela apenas gestava uma mídia massificada de formato análogo à tratada por Benjamin. A crônica, tal como o romance, desenvolve um comportamento onívoro, apropriando-se das mais variadas formas para atingir o seu leitor. Desse modo, ela já se afigura como um gênero voltado para o consumo, publicado em um suporte também consumível, efêmero; podemos observar a implicação desse estatuto na crônica de Alencar supracitada. O comportamento-colibri do folhetinista não é traço estilístico desenvolvido por sua vontade, por seu “gênio”: descontando alguma retórica vitimista empregada no texto, o autor se vê *obrigado* a “percorrer todos os acontecimentos” e *fazem dele* uma “espécie de colibri a esvoaçar em ziguezague, e a sugar, como o mel das flores, a graça, o sal e o espírito que deve necessariamente descobrir no fato o mais comezinho”. Em outras palavras, esse “ofício ingrato” está subordinado às relações de produção, a um mercado e a um público leitor em constante formação e transformação, prenunciando uma profissionalização do escritor na imprensa que, no Brasil, virá a se consolidar no início do século XX.

2.2. “Balas de estalo”: um projeto coletivo

Publicada quase que diariamente na *Gazeta de Notícias* entre 1883 e 1886, a série coletiva “Balas de estalo” contou com a colaboração de vários autores que, sob pseudônimos²², versavam sobre política e cotidiano por meio de um viés humorístico bastante agudo. José do Egito, pseudônimo de Valentim Magalhães, realiza uma boa síntese das linhas gerais da seção em uma espécie de “receita de bala de estalo”, publicada pouco mais de um mês após o início da série:

— Unam-se a força e a graça, a artilharia e os confeitadores – Castelões e Krupp. Descubramos um projétil que participe, a um tempo, do amargo da guerra e da guerra aos amargos. Que fira, mas docemente. Que estale, que bata, que fira, mas que passando o *estrago*, se dissolva em doçuras no paladar da vítima.

[...]

²² Segue a relação dos principais pseudônimos que integraram a série e de seus respectivos autores empíricos: Lulu Sênior (Ferreira de Araújo), Zig-Zag e João Tesourinha (Henrique Chaves), Mercurio e Blick (Capistrano de Abreu), Lélío (Machado de Assis), José do Egito (Valentim Magalhães), Publicola (Demerval da Fonseca). Não há consenso sobre a correspondência pseudônimo-autor empírico no caso de Décio, que poderia ser Demerval da Fonseca ou Affonso Montauray. Os pseudônimos Ly, Carolus, João Bigode, Confúcio e Farina permanecem sem autoria atribuída, apenas sugerida no caso dos três primeiros (poderiam ser, respectivamente, Manuel da Rocha, Carlos de Laet e Henrique Chaves). Janaína Tatim sistematiza essa correspondência e as fontes disponíveis em sua monografia (TATIM, 2014, p. 27).

Zig-Zag, Décio, Lulu Sênior, Publicola, Mercurio, alternam-se todas as manhãs na administração das balas; amassam-nas, arredondam-nas, douram-nas, enrolam-nas e... *paff* – lá foi uma bater no nariz de um desfrutável, ferir a pança de um tiranete, derrubar o penacho de um vaidoso... . (José do Egito, “Balas de estalo”, *Gazeta de Notícias*, 08/05/1883, p. 2, grifos do autor).

Seguindo por essa senda, os textos da seção se assentariam em uma ambivalência que equilibrava a leveza do texto humorístico com a crítica mordaz às instituições imperiais e aos indivíduos cujos comportamentos eram vistos como desviantes, percebendo-se uma postura pedagógica assumida pelos colaboradores da série em maior ou menor escala. A metáfora da confecção das balas pelos colaboradores da seção é iluminada por uma cena esboçada por José do Egito, na qual o pseudônimo representa a função social das balas de estalo “tradicionais”:

Mas não me furtarei ao desejo de lembrar aos amáveis artilheiros, que às suas balas falece o elemento mais poderoso e mais estimado: – a quadrinha impressa em papelitos de cor.

É ela que faz o encantamento das damas e dos cavalheiros nas festanças de batizado, de casamento e de aniversários natalícios. Estalada a bala, despregam-se as amêndoas da cor do céu e da cor dos lábios da noiva ou do bebê...

– O verso! Leia o verso!

Então, o doutor Pestana agita *as próprias*, achegando-se à luz, e lê, pausado gravemente:

“Praza aos céus que a gentil noiva

“Leve a vida sempre a amar,

“Servindo a todos de exemplo

“Tão ditoso e belo par.”

– Bravos! Muito bem: exclama a companhia alegremente, enquanto as moças guardam os versos cuidadosamente e as meninas comem as amêndoas. (José do Egito, “Balas de estalo”, *Gazeta de Notícias*, 08/05/1883, p. 2, grifo do autor).

Esse vestígio remete às quadrinhas que acompanhavam os confeitos servindo-lhes de invólucro. Com o intuito de observar a trajetória que reconfigura as balas de estalo de guloseimas a seções de jornal, Janaína Tatim recupera anúncios comerciais de balas de estalo nos jornais fluminenses por volta dos anos 1850, apontando que “os versos prediziam a sorte ou mofavam de seu leitor, faziam referências alegres ao festejado do dia, contavam uma anedota. Em resumo, traziam todo tipo de conteúdo ligado ao festejo, ao riso, à comicidade” (TATIM, 2014, p. 23). Seguindo sua linha de leitura, até a inauguração das “Balas de estalo” na *Gazeta*, a imprensa brasileira viria a ter algumas balas de estalo em suas páginas, geralmente versificadas e tendo como função a sátira política, como podemos observar na seção “Pacotilha”, do *Correio Mercantil* (vide TATIM, 2014, p. 25).

As balas de estalo da *Gazeta* se inserem, pois, em uma tradição cronística de feição satírica – em prosa e em verso –, tratando da modernização precária do Brasil e, mais especificamente, do Rio de Janeiro, com humor e leveza. Para ilustrar esse posicionamento, bem como a dinâmica de cruzamento de referências característica dessa imprensa, trago uma crônica de Lulu Sênior.

O nosso colega do *Cruzeiro* publicou há dias um artigo assinado *Lei do consensus*²³, que foi ontem transcrito nesta folha, naturalmente por algum amigo da humanidade.

A gente já está habituada a ouvir cada dia uma opinião sobre a causa, a natureza e o tratamento da febre amarela; duas regras estavam aventadas até aqui: a primeira é que apesar da prática adquirida pelos nossos Esculápios, e das sábias investigações e descobertas, a febre amarela mata, como quem não vem cá para outra coisa; a outra regra era que o meio de se lhe escapar é fugir da cidade em que a bicha passeia.

A *Lei do consensus* descobriu agora coisa melhor: diz ela que há uma moléstia, uma espécie de ferimento adquirido em campanha, não nas campanhas de Marte, mas nas da deusa que o preferia a Vulcano, uma moléstia, dizia eu, que tem a virtude de preservar a gente de ter febre amarela. Uma nova vacina, com a vantagem de ser a vacinação menos dolorosa.

E dizer-se que ainda há pouco criou-se na Faculdade de Medicina uma cadeira especial para que a mocidade aprenda a curar essa moléstia-remédio.

Erro grave! Revogue-se o decreto, e encarregue-se o Dr. Freire de cultivar o precioso vírus; quanto à propagação dele, não falta quem se encarregue desse serviço (Lulu Sênior, “Balas de estalo”, *Gazeta de Notícias*, 26 abr. 1883, p. 2).

Podemos deprender do texto, guardando as proporções da distorção operada pela sátira, que a suposta vacina seria uma doença venérea, o que de alguma forma se confirma ao lermos o artigo original no *Cruzeiro*, que observa a não incidência da febre amarela em portadores de sífilis. A crônica ainda faz uma projeção das medidas decorrentes do “novo tratamento” da febre amarela, reduzindo ao absurdo a tese da Lei do Consensus.

Os micróbios, hoje tão cheios de si, morrerão à fome; e à sua agonia assistirão radiantes de orgulho as pápulas, as pústulas, as gomas, as exostoses e as vegetações em forma de couve-flor.

Os especialistas serão consultados não para curar, mas para transmitir a moléstia. Nos consultórios ouvir-se-á diálogos como este:

MÉDICO. – Então como está?

DOENTE (*suspirando tristemente*). – Ai! Sr. Doutor, estou são como um pero.

²³ A lei do consensus, ou correlação entre as partes, conceito oriundo da biologia, pressupõe que a “modificação produzida em uma das ramificações da atividade humana repercute em todos os domínios e estende-se por toda a área do pensamento. Em outros termos, a evolução é geral e harmônica em todas as manifestações da inteligência” (ROMERO, 1908 apud CARVALHO, 1998, p. 98).

MÉDICO. – Então, não tem nada, mesmo nada, nem um gangliosinho engorgitado?

DOENTE (*desanimado*). – Não, senhor, nada, nada.

MÉDICO. – O senhor toma banho todos os dias?

DOENTE (*assustado*). – Sim, senhor, tomo.

MÉDICO. – Que imprudência! Não faça isso; deixe correr o marfim.

DOENTE. – Mas, Sr. doutor, se me fizesse uma vacinação? O sistema antigo não tem me aproveitado.

MÉDICO. – É que a fazenda tem tido muita procura, há falta no mercado.

DOENTE. – Este nosso governo! Sr. doutor, Este nosso governo! Esta colonização veio espontaneamente para o Brasil; o governo não auxiliou em coisa alguma, e ainda em cima deportou os empresários.

MÉDICO. – Este país caminha para um abismo.

Finalmente, introduzido e propagado o sistema, estaremos livres da febre amarela; com o bem estar geral, aumentará a fortuna pública e particular: ninguém mais andará a pé, pois serão todos tão ricos, que não haverá quem não tenha pelo menos um cavalo, graças a *Lei do Consensus* (Lulu Sênior, “Balas de estalo”, *Gazeta de Notícias*, 26 abr. 1883, p. 2).

Além de aproveitar o ridículo da proposta veiculada sob a assinatura Lei do consensus – praticamente uma “bala de estalo pronta”, procedimento explicitado pelos pseudônimos em várias crônicas ao se depararem com fatos absurdos –, Lulu Sênior lança mão do diálogo para construir a cena hipotética, expediente comum na série, dado o caráter anedótico de várias crônicas. Podemos pensar que o caráter efêmero e ligeiro da crônica a torna menos propensa a ser constrangida por uma maior seriedade ou rigidez formal, permitindo um maior nível de experimentação estética e de apropriação de outros gêneros discursivos – neste caso o diálogo dramático.

O diálogo, todavia, não estava presente na série somente como recurso discursivo. O caráter coletivo das “Balas de estalo” não se limitava a um revezamento de autores, mas compreendia uma dimensão dialógica em que os pseudônimos referiam-se uns aos outros como se fossem indivíduos concretos com níveis variados de distanciamento em relação ao autor empírico. Após uma discussão entre Zig-Zag e Lulu Sênior através das “Balas de estalo” em julho de 1883, encontramos o seguinte *post scriptum* em uma crônica de Lélío, pseudônimo de Machado de Assis:

P.S. – À última hora sou obrigado a dar uma importante notícia.

Depois do remoque final de Lulu Sênior, em seu artigo de ontem, o nosso amigo Zig-Zag, justamente ofendido, entendeu de sua honra desafiar o adversário a um duelo.

Lulu Sênior não recusou o cartel, e incumbiu a Publicola e Décio de se entenderem comigo e Blick para estabelecermos as condições do combate.

Os quatro reunimo-nos imediatamente, e assentamos que o duelo seria à pistola, a dez passos de distância, sendo ambas as armas carregadas e disparadas ao mesmo tempo.

Verificou-se o duelo no fim da linha da Copacabana. Eis a ata do acontecimento:

“Hoje, 31 de julho de 1883, às 4 horas da tarde, houve um duelo entre os Srs. Zig-Zag e Lulu Sênior, no fim da linha de Copacabana.

Reunidos os adversários e os abaixo assinados, padrinhos de ambos, foram carregadas as armas, e marcadas as distâncias. Ao sinal convencionado, dispararam ambos, mas, tomados de um nobre sentimento de generosidade, não empregaram as balas nas panças inimigas, limitando-se a disparar as pistolas para o ar.

As testemunhas, comovidas, não puderam conter as lágrimas diante de um ato tão bonito. Os dois inimigos abraçaram-se delirantes, e assentaram de confirmar a reconciliação, no dia 2 de Agosto, em certo lugar, et cetera e tal pontinhos.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 1883.

Publicola,

Décio,

Blick,

Lélio” (Lélio, “Balas de estalo”, *Gazeta de Noticias*, 01 ago. 1883, p. 2)

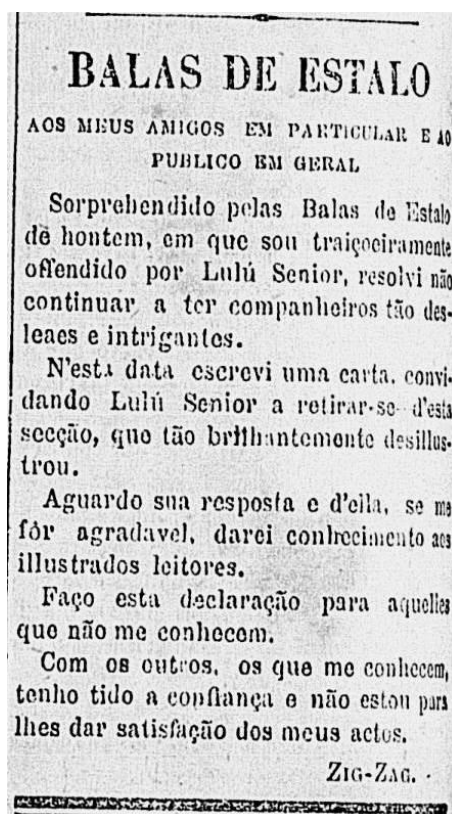
O desentendimento entre os dois colegas originou-se no ambiente de trabalho: Zig-Zag encontra, certo dia, um bilhete por meio do qual Lulu Sênior pedia que o colega assumisse o compromisso de fazer a bala de estalo do dia em seu lugar. Transcrito o bilhete, Zig-Zag revela o caráter traiçoeiro do pedido do colega, que teria por objetivo oculto expor Zig-Zag ao público como um escritor sem assunto. O pseudônimo explica, então, que as “Balas de estalo” eram produzidas por escala e só seria possível faltar à chamada apresentando atestado médico ou certidão de óbito (Zig-Zag, “Balas de estalo”, *Gazeta de Noticias*, 24 jul. 1883, p. 2).

Observamos, nessa discussão, uma atualização da reclamação já presente em Alencar relacionada a uma imposição de o cronista extrair assuntos do cotidiano, mesmo quando há escassez de matéria-prima. Aqui, contudo, o lugar do cronista já está mais marcado pelo trabalho sob uma ótica burguesa, delineado pela subordinação à escala e pela exigência de documentos que comprovem a impossibilidade de o funcionário trabalhar. Essa leitura do universo do trabalho, no entanto, está refratada pela ironia, como podemos ver ao fim da crônica: “deixar de fazer balas por não ter assunto! Esta só lembraria a Lulu Sênior. A mim nunca me ocorreu” (Zig-Zag, “Balas de estalo”, *Gazeta de Noticias*, 24 jul. 1883, p. 2). Assim, Zig-Zag usa a acusação de que o colega não publicara sua crônica por não ter assunto como um assunto para o seu

próprio texto. A escala à qual ele atribui tanta importância não se comprova na prática, também, pois as participações não têm uma periodicidade regular.

Após a resposta de Lulu Sênior, ofensiva ao mesmo tempo em que, “perdoando” o colega-adversário, propõe uma reconciliação, Zig-Zag publica uma bala de estalo na qual se apropria de elementos formais de publicações a pedido,²⁴ solicitando o desligamento de Lulu Sênior da série.

Figura 2- Zig-Zag convida Lulu Sênior a se retirar das “Balas de estalo”



Fonte: Gazeta de Noticias, 26 jul. 1883, p. 2.

Percebemos nesses textos a mimetização de uma preocupação com a opinião pública, elemento recorrente nos textos veiculados na imprensa e justificável se levarmos em conta que os jornais desempenhavam uma função de vitrine para os indivíduos que tinham meios materiais para se expressar e construir sua imagem pública por meio deles. Um dos mecanismos centrais no período para essa construção era a polêmica, que pode ser vista tanto como evento pontual, no caso de séries de artigos dedicados a determinada questão – como veremos no próximo capítulo, no caso da rixa

²⁴ As marcas principais que me levaram a fazer essa relação consistem na presença do subtítulo, que faz as vezes de título de “a pedido”, e na extensão reduzida dessa bala de estalo em relação às demais, tendo um volume de texto semelhante ao da maioria das publicações a pedido.

entre Valentim Magalhães e Silvio Romero –, quanto como um discurso que atravessa e constitui diversos gêneros jornalísticos e mesmo científicos.

Em *Verdade tropical*, Roberto Ventura analisa o papel da polêmica na imprensa brasileira da segunda metade do século XIX e sua contribuição para a formação da crítica literária e do pensamento brasileiro, apontando que, na polêmica, “o ‘inimigo’ se torna o intermediário de um processo comunicativo entre o polemista e seu público, cuja adesão é disputada pelos contendores” (VENTURA, 1991, p. 148). Sendo assim,

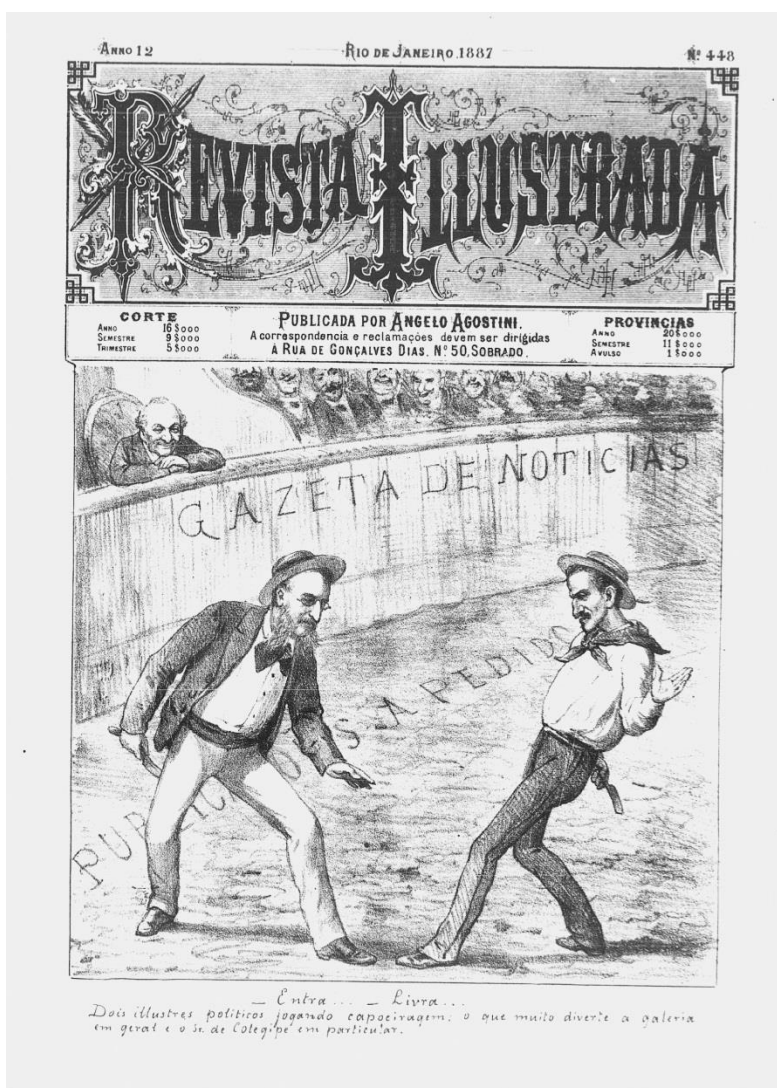
o leitor é promovido à posição de árbitro na disputa, campo em princípio neutro que recebe tanto o discurso do locutor quanto o de seu adversário, sendo a retórica empregada com o intuito de persuadi-lo. O polemista ora debate com o adversário, ora se dirige ao público, de modo a conquistar a sua simpatia, como os atores que se voltam diretamente para a audiência durante a representação teatral (VENTURA, 1991, p. 148).

Desse modo, se por um lado a prática da polêmica propicia uma personalização dos contendores, que se despem do distanciamento crítico que deveria separar autor e obra, ela também possibilita que o leitor adote um comportamento análogo, levando em consideração não só os argumentos em disputa, mas a simpatia ou antipatia que os polemistas podem vir a despertar nele.

3. OS POETAS EM MANGAS DE CAMISA

No primeiro capítulo foi discutido, a partir da importância atribuída pelos parlamentares à publicidade, o papel ambíguo de púlpito e vitrine desempenhado pela imprensa. No presente capítulo, trago para o debate um terceiro aspecto: as páginas das publicações periódicas enquanto arenas em que os polemistas confrontavam ideias e trocavam insultos pessoais. Não perdendo de vista que uma arena implica um público, penso que seja oportuno determo-nos por um momento em uma capa da *Revista Illustrada*:

Figura 3 – O jornal como arena²⁵



Fonte: *Revista Illustrada*, 15 jan. 1887.

²⁵ Legenda da ilustração: “— Entra... — Livra... Dois illustres políticos jogando capoeiragem, o que muito diverte a galeria em geral e o Sr. de Cotegipe em particular”.

No decorrer de janeiro de 1887, a *Gazeta de Noticias* foi palco de uma celeuma entre Afonso Celso e Cesário Alvim, os dois políticos representados nessa ilustração de Angelo Agostini. A contenda, conforme texto de João da Cruz, na mesma edição da *Revista*, era o reavivamento de um fato ocorrido oito anos antes, quando Cesário Alvim teria acusado o Barão de Cotegipe, então presidente do Conselho de Ministros, de estar associado a uma casa de comércio envolvida com atividades de contrabando. Em 1887, porém, Cesário Alvim recusava a autoria de tal acusação, atribuindo-a a Afonso Celso.

É relevante para os fins deste trabalho a representação alegórica do jornal enquanto arena em que os polemistas se enfrentam buscando limpar sua honra. A plateia de leitores²⁶ está debruçada no jornal, satisfeita, talvez tomando partidos; o Barão de Cotegipe, a quem interessava a disputa, está retratado no camarote, em posição privilegiada. A arena propriamente dita traz a notação “Publicações a pedido”, demarcando o espaço de ação dos contendores em questão. Ao serem caricaturados como “capoeiras”, podemos inferir o desprezo pela atitude dos polemistas por parte do ilustrador e do veículo, visto que a figura do capoeira – e das classes populares em geral – era vista pela elite intelectual como um signo da incivilização.

Encontramos uma caricatura semelhante à desenhada por Agostini em uma crônica de Lulu Sênior publicada em 1883:

Em todo o caso, quer-me parecer que a gente não perde coisa alguma em ser decente. Eu tenho por hábito, quando leio, reconstituir na imaginação a cena que vejo escrita. Ora, quando eu leio descompostura, imagino um poeta de chinelos acalcanhados, mangas arregaçadas, ponta do cigarro atrás da orelha, gingando, abaixando-se na rua para apanhar pedras ou qualquer outra coisa, e sujando nesse exercício a roupa, as mãos e o nariz.

E é o diabo um poeta sujo! Por mais que nos fale em estrelas, e perfumes, e alvuras, a gente tem assim uma certa repugnância em chegar-se para ele, para não apanhar pereba.

Não cito exemplos, porque não tenho vontade de ir para a berlinda, e no entanto quem me dera uma polemicazinha que me fornecesse assunto!

É que se eu dissesse que o Sr. Fulano foi simplesmente malcriado chamando de burro o Sr. Sicrano, ele responderia que se enganou e que os burros são dois, o Sr. Sicrano e eu. E daí? O que poderia eu dizer, se o homem fizesse de mim essa ideia lisonjeira? Pegar-lhe com um trapo quente? Nada, o melhor é não sujar os meus trapos (Lulu Sênior, “Balas de estalo”, *Gazeta de Noticias*, 01 fev. 1884, p. 2).

²⁶ É importante marcar que a ilustração representa uma projeção de público leitor que acompanha a política e suas polêmicas na imprensa: homens que, considerando os trajes formais, possuem condições materiais e simbólicas para ter acesso a jornais e ao assunto em questão.

A metáfora utilizada por Lulu Sênior para representar a figura do poeta sem compostura já indica seu preconceito de classe. O “poeta sujo” não usa sapato, tampouco casaca, exibindo as mangas arregaçadas que podem remeter ao trabalho braçal. O cigarro preso à orelha também é um distintivo de classe, visto que era associado às camadas populares, contrapondo-se aos charutos da elite. Para completar o quadro, ele é imaginado gingando e apanhando pedras como um capoeira. Em resumo, o poeta é comparado às camadas “incivilizadas” da população, potencialmente perigosas e certamente repugnantes do ponto de vista do narrador.

Se afastarmos a lente e observarmos o contexto imediato de publicação do jornal, contudo, encontramos subsídios para uma leitura mais refinada. Além de condenar uma prática constante no ambiente jornalístico, essas balas de estalo são publicadas quase que paralelamente a uma polêmica literária entre Valentim Magalhães, responsável pela coluna diária “Notas á margem”, da *Gazeta*, e Silvio Romero. O texto de Magalhães, também publicado no dia 01/02/1884, em sua coluna, é bastante ilustrativo a respeito do nível ao qual uma polêmica pode chegar, trazendo, inclusive, o seguinte alerta: “para que ninguém se engane ou se possa queixar de que não avisei do perigo a todo o mundo, aqui penduro uma tabuleta de prevenção: LEITURA PARA HOMENS!”²⁷ (Valentim Magalhães, “Notas á margem”, *Gazeta de Noticias*, 01/02/1884, p. 2). Feito isso, ele discorre sobre a poesia de Romero, tratada como pornográfica, encerrando o texto com a seguinte resposta a um insulto dirigido a ele pelo autor:

Para concluir, visto que este artigo se ocupa de pornografia neo-criticista-teuto-sergipana e que não há senhoras presentes, darei ligeira resposta a uma das graçolas com que Silvio procurou pulverizar-me na opinião pública.

Foi esta: “Ele (*eu*) acredita-se um colossal, um himalaico inovador, ele, o *sopro equívoco saído detrás* de Ramalho Ortigão e Guerra Junqueiro.”²⁸

Obrigado pela amabilidade, meu Silvio.

Mas olha; tu bem conheces a fisiologia do *sopro equívoco*; tu bem sabes que ele é sempre o *avant-coureur*, o batedor de uma outra entidade – mais sólida e mais corpulenta.

Pois bem, Romero: – eu nada mais faço na literatura, eu, pobre *sopro equívoco*, do que anunciar aos povos que tu aí vens, atrás de mim.

²⁷ Assim como na ilustração de Agostini, novamente há uma projeção do público leitor, embora mais complexa. Por tratar de poesia em sua coluna com recorrência, Valentim frequentemente se dirigia a uma leitora hipotética. Desse modo, ao abordar os poemas “pornográficos” de Romero, ele “avisa do perigo a todo o mundo” – às mulheres e aos homens que provavelmente deveriam tutelar a leitura de suas filhas e esposas.

²⁸ Cf. Silvio Romero, “Polêmica litteraria: coças em Valentim Magalhães”, *A Folha Nova*, 29 jan. 1884, p. 3.

Venho à frente, trazendo a urna dos teus perfumes e bradando às turbas:

– Abram alas! Abram alas: – Aí vem Silvio Romero, o grande ca.....pitão!²⁹
(Valentim Magalhães, "Notas á margem", *Gazeta de Notícias*, 1 fev. 1884, p. 2, grifos do autor)

Observamos, pois, uma contradição no mínimo curiosa, visto que, na mesma página, encontramos o texto de Lulu Sênior, pseudônimo do diretor do jornal, criticando a postura personalista e baixa dos polemistas e o texto do colega de redação Valentim Magalhães que cruza o limite do escatológico – ainda que em linguagem requintada. Considerando que a crítica do primeiro se aplica ao comportamento do segundo, seria uma reprimenda interna? Apesar de não podermos chegar a uma conclusão definitiva e nem ser esse o interesse da presente leitura, é muito pouco provável que Magalhães publicasse sete textos seguidos criticando a poesia de Romero e – principalmente – sua pessoa se a direção do jornal não estivesse de acordo com tal atitude e procedimento. O lamento de Lulu Sênior por não ter uma polêmica – “quem me dera uma polemicazinha que me fornecesse assunto” – já indica uma função comercial da polêmica como fonte de assunto a partir da qual o jornalista desenvolve e vende seu trabalho e como chamariz de público para o veículo.

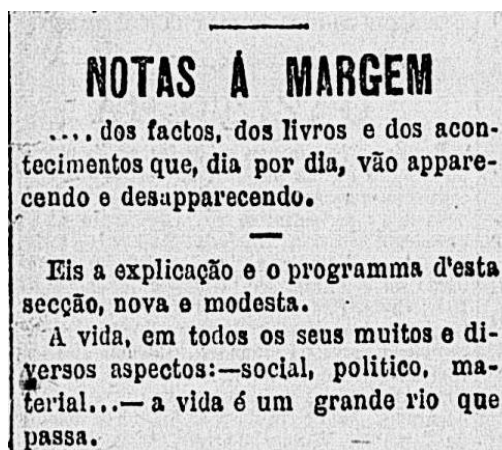
A censura de Lulu Sênior e Zig-Zag aos polemistas é, todavia, somente um primeiro movimento, sendo logo substituído por uma paródia de polêmica literária desenvolvida pelos dois pseudônimos. Para capturar o quadro inteiro, faço um breve recuo para rastrear a origem da polêmica de Romero e Valentim e, então, seguir com sua análise e com a análise da paródia.

3.1. Uma “nova geração” que é pelo menos três

Após seis meses de participação na série “Balas de estalo” sob o pseudônimo José do Egito, Valentim Magalhães inicia uma série individual na *Gazeta de Notícias*, intitulada “Notas á margem”.

²⁹ Os pontos em “ca.....pitão”, à maneira de reticências, forçam a quebra de linha na coluna do jornal com o intuito de intensificar o efeito cômico.

Figura 4 - Notas á Margem



Fonte: *Gazeta de Noticias*, 13 nov. 1883.

Estabelecido esse breve e abrangente programa, o autor desenvolve a metáfora da vida como um rio que passa incessantemente, colocando-se em um lugar análogo ao do turista³⁰ ou do filósofo que “senta-se à margem da corrente e na pequena carteira – da fantasia ou da crítica – vai apontando em ligeiras notas o que observa e descobre” (Valentim Magalhães, “Notas á margem”, *Gazeta de Noticias*, 13 nov. 1883). Apesar de esse ponto de vista sugerir um distanciamento do folhetinista em relação aos assuntos e personalidades tratados, na prática isso não viria a se realizar. Valentim segue observando os possíveis objetos arrastados pela corrente e encerra o texto demarcando o “escopo espacial” de seus comentários, lançando mão da ambiguidade do termo “fluminense”, o que prenuncia a identidade do rio em questão:

É pois uma vida fluminense – que estas páginas vão, dia a dia, escrever...
Deixai tomar o voo no espaço estas leves e pequenas notas...
Não são de banco: é o seu grande defeito, o seu defeito imperdoável!
São simples notas feitas à margem de um rio...: do Rio de Janeiro (Valentim Magalhães, “Notas á margem”, *Gazeta de Noticias*, 13 nov. 1883).

A seção foi publicada quase que diariamente entre 1883 e 1885, sendo que seu término coincide com o fim da colaboração de Valentim para a *Gazeta*, decorrente de um desentendimento entre o cronista e a redação acerca de uma polêmica envolvendo o jornal *O Paiz*.³¹

³⁰ Valentim utiliza o termo “turista”, embora sua datação na Língua Portuguesa esteja situada no século XX (Cf. HOUAISS, 2009).

³¹ O autor teria saído da *Gazeta* em razão de o periódico não ter publicado uma resposta sua dirigida a Charles Morel, colaborador d’*O Paiz* que teria tomado sua ideia de realizar uma homenagem póstuma a Victor Hugo. A *Gazeta*, por sua vez, respondeu que o texto de Valentim não fora ao prelo por uma questão de polidez, visto que a esposa de Morel falecera às vésperas da publicação da edição em que a resposta seria veiculada.

Isso posto, nos dias 22, 23 e 24 de dezembro de 1883, Valentim ocupa sua coluna com comentários sobre os *Últimos harpejos*, livro de poemas recém-publicado por Silvio Romero. Destilando sarcasmo, o autor introduz a matéria de modo anedótico, mobilizando o título da seção como elemento organizador do texto:

Alma caridosa emprestou-me um volume, com a recomendação especialíssima de o não perder ou danificar de qualquer forma.

– Que lho entregasse perfeitoinho, recomendou. Que ele fazia parte da sua pequena, mas escolhida biblioteca de preciosidades em prosa e verso. *Que lhe não manchasse as folhas de sacrílegas anotações!*

E eu lhe respondi que – sim, senhor; que ficasse tranquilo e descansado.

Mas não pude resistir à tentação de transgredir as recomendações, e anotei à margem os *Últimos harpejos*. *E agora não posso tão pouco vencer o prurido de transcrever aqui aquelas ligeiras notas.*

Copio-as, pois, literalmente (Valentim Magalhães, “Notas á margem”, *Gazeta de Noticias*, 22 dez. 1883, grifos meus).

A primeira leva de anotações não vai muito além do insulto pessoal, sendo composta basicamente por citações descontextualizadas do texto de Romero acompanhadas de comentários jocosos e ofensivos – por exemplo: “Pag. 5: ‘Quando eu era mais crente, ou quando era mais tolo...’ Não apoiado! Nisso, como no mais, S. S. tem progredido sempre.” (Valentim Magalhães, “Notas á margem”, *Gazeta de Noticias*, 22 dez. 1883). As críticas seguintes versaram principalmente sobre supostos problemas de metrificação, repetição de palavras e sobre a pobreza de imagens poéticas, culminando na suspensão da transcrição das notas, justificada da seguinte forma:

Primeira. – Recear que tanto os leitores como este seu criado perezêssemos todos asfixiados de belezas... ou que arrebutássemos a rir.

Segunda. – Guardo o resto da bagagem cuidadosamente, com avareza, para – a maior de espadas. Contra prováveis, futuros ataques tenho ainda o arsenal repleto; dentro dos *Últimos harpejos* estão alerta de prontidão, armados até os dentes contra o próprio autor, cinquenta mil disparates (Valentim Magalhães, “Notas á margem”, *Gazeta de Noticias*, 24 dez. 1883).

Desse modo, Valentim deixa claro que esperava por uma reação de Romero, já bastante conhecido por sua atividade de polemista, como que reforçando o convite para a contenda. Após esse comunicado, o autor deixa ainda como provocação derradeira o anúncio de que precisaria se purgar das impurezas provenientes dos *Últimos harpejos*, o que realizaria por meio da leitura de autores da “nova geração”, jovens poetas³² cujas

³² Os poetas citados por Magalhães são os seguintes: Raimundo Correia (1859-1911), Alberto de Oliveira (1857-1937), Teófilo Dias (1854-1889), Luiz Murat (1861-1929), Silvestre de Lima (1859-1949), Filinto de Almeida (1857-1945) e Assis Brasil (1857-1938). O autor cita um Mário que não consegui associar a nenhum poeta do período.

obras Romero supostamente cobria de “remoques, injúrias e de bÍlis crítica” (Valentim Magalhães, “Notas á margem”, *Gazeta de Noticias*, 24 dez. 1883).

Pouco mais de um mês depois dos ataques de Valentim, vem a resposta de Romero pelas páginas d’A *Folha Nova* em uma série de artigos intitulada “Polemica litteraria: coças em Valentim Magalhães”. No primeiro de seus seis artigos, uma nota explicativa, pouco legível por conta do estado de conservação do periódico (ANEXO B), justifica esse lapso de tempo; transcrevo o que foi possível entender do trecho inicial:

Não estranhe o público sair um pouco retardada esta resposta. A princípio tinha resolvido não contestar ao Sr. Valentim. Só depois que vi não ser o ataque daquele [...] um fato isolado, e antes os primeiros tiros de uma [...] competição [...] (Silvio Romero, “Polemica litteraria: coças em Valentim Magalhães”, *A Folha Nova*, 29 jan. 1884, p. 2).

Os dois primeiros artigos consistem, respectivamente, em uma disputa pela definição de quem integraria a “nova geração” e em um confronto referente à metrificacão; os quatro restantes, por sua vez, tratam da obra de Valentim Magalhães. Como já prenuncia o subtítulo da série, a tônica da resposta de Romero também se baseia no ataque pessoal: o que é posto à prova não é necessariamente a obra de Magalhães ou seus argumentos, mas sua pessoa, que chega a ser descrita da seguinte maneira em um dos artigos: “magro, esguio, espingolado, de pescoço de palmo e meio, moreninho, é um linfático, um sofredor de abcessos, um organismo em desmantelo, um mendigo de seiva, a mais acabada encarnacão do *coringa*” (Silvio Romero, “Polemica litteraria: coças em Valentim Magalhães”, *A Folha Nova*, 31 jan. 1884, p. 2, grifo do autor).

Em seu primeiro texto, Romero desmente que criticara todos os autores elencados por Valentim Magalhães, apontando que não escrevera sobre Raimundo Correia e Alberto de Oliveira e que, no caso de Teófilo Dias e de Assis Brasil, apenas os elogiara na imprensa. Com isso, Romero não desmente a crítica a Luiz Murat, Filinto de Almeida e Silvestre de Lima, amigos próximos de Magalhães. Sobre essa nova geração – ou “*Nova Logracão*”, em suas palavras –, Romero questiona:

Quando nasceu esta senhora? que idade tem hoje? É ela um enorme pólipó, um ser coletivo que se divide por cissiparidade; e quais são então os indivíduos que a compõem? Qual é o *mot d’orde* da campanha? Quem outorgou ao desintérico *escrivailleur* dos *Ladros e Roncos* o direito de dar passes ou fazer exclusões nos encantados jardins da deusa? Quem o armou em *guarda portão* d’aqueles recintos, se nem para isto serve ele? (Silvio

Romero, “Polemica litteraria: coças em Valentim Magalhães”, *A Folha Nova*, 29 jan. 1884, p. 3, grifos do autor).

Após uma discussão acerca do equívoco em separar os homens de letras em gerações, velhas ou novas, o que, para Romero, traria subjacente rancores ou afeições de camarilha, o autor apresenta, contraditoriamente, o que seria a nova geração para ele. O rol de estudiosos contempla vinte e sete nomes³³, incluindo linguistas, antropólogos, médicos, críticos e literatos, que “de 1870 pra cá, têm aberto novas perspectivas à inteligência pátria” (Silvio Romero, “Polemica litteraria: coças em Valentim Magalhães”, *A Folha Nova*, 29 jan. 1884, p. 3).

Se recuperarmos o termo “nova geração” do ensaio homônimo de Machado de Assis publicado na *Revista Brasileira* em 1879, contudo, encontramos Valentim e Romero no mesmo grupo heterogêneo, junto com os citados Alberto de Oliveira e Teófilo Dias e mais uma série de autores. Percebemos uma atualização nos usos do termo por Valentim e Romero que, em cinco anos, teriam deixado de ser apontados como membros da “nova geração” para apontarem quem seriam seus integrantes e se incluírem no grupo, ainda que não explicitamente, haja vista a afinidade de cada um com os membros por eles elencados. Se para Machado a “nova geração” era, em 1879, somente uma promessa, composta por poetas que ainda teriam muito por amadurecer – e as críticas a Magalhães e a Romero foram bastante severas, principalmente para o último –, para os dois autores ela era, em 1884, um lugar a ser disputado. Além disso, podemos inferir na acusação de Magalhães às críticas de Romero dirigidas à sua “nova geração” uma percepção de que o crítico sergipano – do alto de seus trinta e três anos – seria de uma geração anterior à dele, que tinha, então, vinte e cinco anos.

Essa disputa pelo termo remete às panelinhas literárias, igrejazinhas ou “sociedades de elogio mútuo”, muito criticadas por Silvio Romero, inclusive. Após a contestação de quando teria nascido essa “nova geração” de Magalhães, o crítico sergipano continua:

Falemos pouco; uma geração que se elogia, que anda aí às tentas a admirar-se, não é uma geração séria e verdadeiramente meritória. É insensata em qualquer grau; porque dá-se com os grupos o que se dá com os indivíduos: o homem, que borda a própria casaca de pontos de admiração é um idiota, um desmiolado; a plêiade de velhos ou moços, que bestializa-se admirando a própria suposta superioridade, começa a merecer compaixão (Silvio Romero,

³³ Dentre eles, destaco Domingos Freire, Julio Ribeiro, José Verissimo, Franklin Távora, Inglês de Souza, Rui Barbosa, Assis Brasil, Lopes Trovão, Clóvis Beviláqua e Tobias Barreto, sendo esses dois últimos colegas de Romero na “Escola do Recife”.

“Polemica litteraria: coças em Valentim Magalhães”, *A Folha Nova*, 29 jan. 1884, p. 3).

Assim, Romero critica um comportamento que ele próprio apresentava em se tratando da “Escola do Recife”, por ele batizada e intensamente defendida, principalmente quando se referia a Tobias Barreto, seu amigo, colega e mestre. A obra *Machado de Assis: um estudo comparativo de Literatura Brasileira* é exemplar para perceber esse procedimento, visto que nela Romero utiliza Machado como pretexto e trampolim para alçar a obra do injustiçado Tobias Barreto a um patamar superior, encarnando diversos níveis de disputa, que vão desde o âmbito das ideias – principalmente no que toca à defesa do critério nacionalista – até o pessoal, se tomarmos o estudo como uma resposta às críticas de Machado a Romero.³⁴

Na esteira da contradição, observamos uma similaridade de procedimentos na polêmica de Valentim e Romero. Este critica aquele pela ênfase dada à metrificação, chegando a dizer que “os piores poetas do nosso tempo são os seus melhores metrificadores” (Silvio Romero, “Polemica litteraria: coças em Valentim Magalhães”, *A Folha Nova*, 30 jan. 1884, p. 3). Nem por isso, porém, Romero se exime de dedicar um artigo inteiro para criticar as falhas de metrificação de Valentim, bem como criticar repetições de palavras e a pobreza de imagens na obra do poeta, mantendo a discussão em terreno semelhante e em um nível de personalismo análogo.

3.2. Poetas de ocasião: uma paródia de polêmica literária

Considerando que a prática da polêmica na imprensa a tomava como um espaço de debate público, uma espécie de tribuna a partir da qual os polemistas não só defendiam ideias e valores, mas também construíam sua imagem pública – geralmente a partir da desconstrução do outro e não raro por meio de insultos pessoais –, faz-se necessário que, para que a polêmica seja mimetizada eficientemente nas “Balas de estalo”, os pseudônimos envolvidos sejam caracterizados de forma mais concreta, fornecendo “munição” para a troca de insultos.

Ao longo de 1883 encontramos nas crônicas de Lulu Sênior algumas referências esparsas sobre sua constituição enquanto personagem que podem fornecer pistas para tentarmos delinear a oscilação do pseudônimo entre assinatura utilizada pelo autor empírico, Ferreira de Araújo, e personagem ficcionalmente construída. A primeira

³⁴ Conforme Roberto Ventura (1991) e Milena Pereira (2008).

referência trata não só dele, mas também de outros pseudônimos que estariam se preparando para uma recepção do Imperador pelo aniversário do Conde d'Aquila:

Nós cá de casa vamos todos de súcia. Publicola já mandou deitar uma gola nova na casaca velha; Lélío resolveu deitar abaixo a barba para ficar mais elegante; eu vou deitar colete para disfarçar a proeminência abdominal; Zig-Zag há já três dias que não arranca o bigode; José do Egito toma gemadas, porque quer falar grosso ao rei; Blick comprou uns óculos, para ver melhor os esplendores da realeza; e Décio mandou fazer uns sapatos de tacão alto, para fazer crer que já foi declarado maior (Lulu Sênior, “Balas de estalo”, *Gazeta de Noticias*, 18 jul. 1883, p. 2).

Nesse trecho, Lulu Sênior parece estabelecer uma relação de identidade entre pseudônimo e autor empírico, pelos dados que temos à disposição – a barba de Machado de Assis, a obesidade de Ferreira de Araújo e a mania que Henrique Chaves tinha de arrancar os bigodes. Expediente semelhante é realizado por Décio na primeira bala de estalo de 1884, em que, além de tratar Lulu Sênior por patrão, revela algumas informações sobre os colegas que possibilitam rastrear o autor implícito por trás dos pseudônimos:

Zig-Zag e João Tesourinha eram aquele conhecido rapaz corpulento, de boa cara, a arrancar constantemente e vertiginosamente os fios do bigode, que taquígrafava na câmara dos deputados, instituiu o “Dizia-se ontem”³⁵ e traduz dramas para o teatro.

Seguiu-se Lulu Sênior, que jamais tomou assinatura diversa. Médico retirado, patrão capaz de todos os sacrifícios – até de elevar-nos os ordenados de 500% ou dar-nos de festas 6 meses de ordenados –, discutidor da questão do gás, das “Cousas políticas” e dos relativos à junta de higiene – destas últimas quando não tem assunto –; Lulu Sênior foi quem mostrou à câmara dos deputados que Sganarello era uma bela criação de Molière, e não o tipo tolo que a mesma câmara imaginara; foi ele quem disse ser a *Folha Nova* o melhor jornal do Rio de Janeiro, na opinião do Sr. Souza Carvalho, porque dava anos; foi quem historiou o Sr. Afonsinho julgado pelo Sr. Ignacio Martins; é quem descompõe os colegas e os companheiros quando não tem assunto; e é quem simula o maior horror às sogras, porque só por escrito tem a coragem desta opinião.

Já é conhecido até na Ilha dos Ratos: pela tosse *sui generis* e pelo abdômem que cresce desmesuradamente.

Lélío é aquele literato chefe, poeta, dramaturgo e romancista, que depôs um dia a sua coroa de burocrata da agricultura e a sua filosofia *bras cúbica* para fazer em balas de estalo uma boa *reclame* à Camisaria Especial.

José do Egito faz hoje notas à margem [...] (Décio, “Balas de estalo”, *Gazeta de Noticias*, 01 jan. 1884, p. 2)

O caso de Lulu Sênior tem uma complicação, todavia, como podemos observar em uma crônica que trata de uma convocação de Ferreira de Araújo pela polícia em razão de uma notícia publicada na *Gazeta* que acusava um subdelegado de ter agredido um *frege-moscas*, “por conta da pena que o homem tinha de cumprir” (Lulu Sênior,

³⁵ Seção da *Gazeta de Noticias* que apresentava notas humorísticas breves, em geral tratando de política.

“Balas de estalo”, *Gazeta de Noticias*, 28 set. 1883, p. 2). No texto, Lulu Sênior refere-se a Araújo da seguinte forma:

Dias depois, o subdelegado, que tinha dado a bofetada, mas, por modéstia, não se gabava disso, chamou à responsabilidade *o nosso gordo patrão* que tinha posto a história toda na *Gazeta*. O bom do patrão despediu-se da família, fez testamento, rolou pela ladeira de Santa Tereza abaixo, e lá se foi entregar às justiças d’El-Rei Nosso Senhor (Lulu Sênior, “Balas de estalo”, *Gazeta de Noticias*, 28 set. 1883, p. 2, grifo meu).

Assim, há um esboço de diferenciação entre o pseudônimo e autor empírico, ainda que esteja subordinada a uma necessidade de diferenciação entre Lulu Sênior, um dos “baleiros”, e Ferreira de Araújo, o diretor do jornal responsabilizado por uma notícia. Um exemplo mais concreto de elaboração ficcional se dará, contudo, na paródia de polêmica literária realizada por Zig-Zag e Lulu Sênior.

Como já dito anteriormente, a paródia e a polêmica se desenvolvem quase que paralelamente, como podemos perceber no quadro abaixo³⁶:

Quadro 1 – Relação dos textos do corpus

	<i>A FOLHA NOVA</i>	<i>GAZETA DE NOTICIAS</i>	
	“Polêmica litterária: coças em Valentim Magalhães”	“Notas á margem”	“Balas de estalo”
Janeiro			
29	Silvio Romero		
30	Silvio Romero	Valentim Magalhães	Zig-Zag
31	Silvio Romero	Valentim Magalhães	
Fevereiro			
1	Silvio Romero	Valentim Magalhães	Lulu Sênior
2	Silvio Romero	Valentim Magalhães	
3	Silvio Romero	Valentim Magalhães	Zig-Zag
4		Valentim Magalhães	
5		Valentim Magalhães	Lulu Sênior
6			Zig-Zag
7			
8			Lulu Sênior
9			Zig-Zag
10			João Tesourinha
11			
12			Lulu Sênior
13			Zig-Zag
14			
15			Lulu Sênior
16			
17			Zig-Zag

Fonte: elaborado pelo autor.

³⁶ Os espaços em branco na coluna “Balas de estalo” correspondem a crônicas publicadas por outros pseudônimos que não tratavam diretamente nem da polêmica de Valentim e Romero, nem da polêmica de Zig-Zag e Lulu Sênior. João Tesourinha, outro pseudônimo de Henrique Chaves, censura a atitude dos dois colegas na crônica do dia 10 de fevereiro. Valentim Magalhães segue publicando em sua coluna regularmente após a polêmica.

A paródia é iniciada por Zig-Zag em 03/02/1884, dia em que é publicado o último artigo das “coças” de Romero em Valentim Magalhães, sendo que este publicaria ainda dois ataques àquele. Considerando que uma polêmica literária pressupõe uma discussão sobre literatura, o artifício utilizado por Zig-Zag para abrir a contenda foi a crítica ao livro de poemas *Irradiações*, cuja autoria seria de ninguém menos do que Lulu Sênior.

Acabo de ler um novo livro de versos. Intitula-se o livro – *Irradiações* (poesias soltas) – e é firmado por Lulu Sênior.

Não me surpreendeu esta nova manifestação do gordo talento de Lulu.

Toda a gente – disse não sei quem – exceto os idiotas, é poeta em uma certa idade e em certas horas, porque a emoção poética, considerada naquele que a experimenta, não é senão uma exaltação mais ou menos duradoura e frequente da inteligência, acima do nível ordinário.

Não sei a idade, nem as horas em que Lulu Sênior foi ou é poeta. O que sei, e o que os leitores vão igualmente saber, é que ele acaba de publicar um livro em que se revela tão mau poeta, como prosador e confeitoiro. (Zig-Zag, “Balas de estalo”, *Gazeta de Noticias*, 03 fev. 1884, p. 2).

Zig-Zag segue com a crítica severa ao colega, citando trechos de poemas e comentando-os, de maneira semelhante ao método empregado pelos polemistas parodiados, sem, contudo, entrar no ataque pessoal. Ao fim do texto, Zig-Zag prevê a reação ofensiva do colega, que provavelmente o insultaria e atribuiria a ele versos e prosas que não eram de sua autoria.

Como esperado, Lulu Sênior contesta a crítica de Zig-Zag, aceitando a autoria das *Irradiações*, apesar de não lembrar de ter publicado o volume de versos e os poemas “transcritos” pelo colega – falha de memória justificada por sua rotina intensa de estudos. Antes de se defender, o pseudônimo lamenta que, “em virtude de um convencionalismo idiota, que se estriba em um pudor que não tem razão de ser nos nossos tempos, esteja um crítico como eu impossibilitado de usar certos termos enérgicos, de que o povo se serve com o seu natural bom senso” (Lulu Sênior, “Balas de estalo”, *Gazeta de Noticias*, 05 fev. 1884, p. 2). Desse modo, continua, “aqui no jornal, não há remédio senão submeter-me à banal delicadeza – o que é um verdadeiro sacrifício, tendo de dirigir-me a um asno acabado como é o Sr. Giga-Joga” (Lulu Sênior, “Balas de estalo”, *Gazeta de Noticias*, 05 fev. 1884, p. 2). Com isso, o poeta ofendido instaura o tom do insulto na contenda, o que será uma constante até o seu fim.

Em resposta à crítica de Zig-Zag ao tamanho de seus versos, Lulu Sênior rebate com algumas soluções que demonstram que ele entende tão pouco de forma poética

quanto o colega, como, por exemplo, utilizar duas colunas do *Jornal do Commercio* para acomodar um verso grande ou juntar dois versos pequenos para fazer um grande. Como solução final para esses problemas, argumenta:

Que importa que eu diga: Zig-Zag é um azêmola, em uma linha só, ou em duas, ou em uma porção delas? A ideia é sempre a mesma, justa, correta, germânica. Quanto à forma, *je m'en bats les couilles*. Destas questões só fazem caso os indigentes da ideia. *Os piores poetas do nosso tempo são os seus melhores metrificadores* (Lulu Sênior, “Balas de estalo”, *Gazeta de Noticias*, 05 fev. 1884, p. 2, grifo meu).

A frase grifada é uma transcrição literal extraída do segundo texto de Romero, assim como as referências à Alemanha que serão salpicadas nos textos satirizam a afinidade do movimento de Recife com o “germanismo cultural” e a ascendência de seus líderes, o que rendeu a alcunha de “escola teuto-sergipana” pela pena de Carlos de Laet, conforme Ventura (VENTURA, 1991, p. 103).

E teria sido na Alemanha que Zig-Zag publicara, segundo o próprio em crônica veiculada no dia posterior à de Lulu Sênior, as obras *Política através do Mar Vermelho* e *A arte e suas relações com o fígado*. Prontamente, Lulu Sênior confessa, em sua próxima bala, que não tinha lido os estudos do adversário, mas que já providenciara as obras para proceder com a crítica, não sem antes recorrer ao príncipe Obá³⁷, que teria traduzido a *Política através do Mar Vermelho*: “obra muito sua conhecida, é seu Evangelho, e está guardada cuidadosamente na sua estante, ao lado da *Narração fiel e exata de um portentoso milagre do Nosso Senhor do Bonfim da Bahia*” (Lulu Sênior, “Balas de estalo”, *Gazeta de Noticias*, 08 fev. de 1884, p. 2).

O desfecho da paródia de polêmica, assim como seu início, parte de Zig-Zag, em crônica na qual o pseudônimo relata ter chamado a última bala de Lulu Sênior à responsabilidade, ou seja, ele teria aberto um processo judicial contra o colega. Entretanto, o original da crônica de Lulu Sênior estaria assinado por Romão José de Lima, um conhecido testa de ferro. Com uma manobra judicial do advogado de Zig-

³⁷ O príncipe Obá citado na crônica refere-se ao Alferes Candido da Fonseca Galvão, filho de africano forro e oficial do Exército na Guerra do Paraguai, auto-intitulado Dom Obá II d'África. Conhecido por publicar “a pedidos” na imprensa, Galvão era uma liderança na Pequena África do Rio de Janeiro, região que englobava a Zona Portuária e os bairros Gamboa e Saúde, tendo uma população predominantemente negra que vivia à margem do sistema, principalmente em atividades de auto-emprego. Apesar de sua influência, que lhe rendia, inclusive, a arrecadação de tributos entre muitos de seus “súditos”, como se fosse um verdadeiro soberano, a figura de Dom Obá II era ridicularizada na imprensa, tanto por conta de sua escrita, que apresentava um português não tão bem assimilado e por vezes salpicado com palavras em iourubá e em latim, quanto por sua excentricidade, provavelmente fruto de problemas mentais e agravada pela embriaguez (cf. SILVA, 1997).

Zag, porém, a responsabilidade foi transferida para o baleiro, que lança mão de um tipo de artifício que seria recorrente, escrevendo a seguinte declaração:

O abaixo assinado declara que não teve a menor intenção de insultar o Sr. Zig-Zag, nas *Balas de Estalo* que ultimamente têm sido assinadas com o seu nome. Declara mais que se assinou essas balas, foi a rogo do Príncipe Obá, que lhe pagou a quantia de dez mil réis por cada uma. Sabendo apenas assinar o seu nome, e isso mesmo com uma certa dificuldade, não podia o abaixo assinado entrar na crítica das obras do ilustre Sr. Zig-Zag. Sabe, apenas, por ouvir dizer, que essas obras são boas e estão ao abrigo da análise dos analfabetos.

Faço esta declaração, não só para testemunhar a verdade, como para implorar do bondoso Sr. Zig-Zag toda a sua benevolência, para quem, não tendo habilitações para mais, se vê na dura necessidade de exercer a profissão de testa de ferro. – Assinado – Lulu Sênior. (Zig-Zag, “Balas de estalo”, *Gazeta de Notícias*, 13 fev. 1884, p. 2).

Lulu Sênior ainda replicaria que recebera uma carta de igual teor, em que Zig-Zag se colocava como testa de ferro. Por fim, Zig-Zag encerra a discussão na crônica do dia 17/02/1884, colocando Lulu Sênior – em suas palavras – “à margem” por ter falsificado seus escritos e trazendo outro assunto, “não tão divertido; mas pelo menos mui oportuno” (Zig-Zag, “Balas de estalo”, *Gazeta de Notícias*, 17 fev. 1884, p. 2).

Apesar de percebermos ao longo dessa paródia de polêmica literária uma caricaturização de Silvio Romero, penso que isso não constitui uma defesa a Valentim Magalhães. Ao criticar o procedimento analítico de um dos polemistas, Lulu Sênior também critica o método do outro, visto que ambos utilizavam recursos semelhantes. Roberto Ventura reconhece nesse tipo de procedimento um *padrão reflexivo e dual* de oposição, dado que nas polêmicas “as semelhanças eram, em geral, mais relevantes do que as supostas diferenças entre os adversários, que se lançavam aos ataques pessoais, como forma de enfatizar retoricamente sua individualidade e originalidade” (VENTURA, 1991, p. 78).

Nos excertos apresentados da paródia de polêmica literária travada na *Gazeta de notícias*, Zig-Zag demonstra acreditar que “da execução em público, deste [de Lulu Sênior] e outros verzejadores de má morte há de resultar a regeneração da Arte” (Zig-Zag, “Balas de estalo”, *Gazeta de Notícias*, 03 fev. 1884, p.2). Não perdendo de vista a carga irônica presente na gravidade da sentença do pseudônimo, tal postura repercute um “discurso polêmico” entranhado na experiência brasileira e envernizado pela apropriação das ideias evolucionistas, o que garantia à polêmica um papel importante no processo de seleção e exclusão de obras e autores em uma espécie de *struggle for life*

literário. Conforme o padrão reflexivo e dual de Roberto Ventura, a disputa personalizada pelo poder dá a tônica da realidade brasileira do século XIX em decorrência “da ausência ou pouca relevância de instâncias dotadas de legitimidade para regulamentar e disciplinar os conflitos, estabelecendo os seus parâmetros: imprensa especializada, comunidade acadêmica, partidos políticos, aparelhos judiciário e policial” (VENTURA, 1991, p. 148). Assim, embates entre coronéis por poder local e embates entre literatos por publicidade seriam, guardadas as proporções, manifestações de um mesmo substrato cultural orientadas por valores como honra e coragem, tendo por modelo de reparação a retaliação pessoal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o argumento de Fernando Perlatto, citado no primeiro capítulo, “a esfera pública, ao lado do Estado e mercado, configurou-se no Brasil desde o século XIX” (PERLATTO, 2015, p. 122), marcada pelo signo da seletividade. Creio que possamos dizer que a imprensa costura essas três instituições ao longo do século. Recorrendo ao panorama desenvolvido por Nelson Werneck Sodré em sua *História da imprensa no Brasil*, podemos rastrear seu surgimento na imprensa áulica criada quando da chegada da família real ao Brasil, estando vinculada ao Estado e tendo como função primordial a necessidade de tornar públicas as medidas do governo e, ao mesmo tempo, de louvar o absolutismo, já em declínio, combatendo as ideias contrárias que chegavam pelos impressos entrados clandestinamente pelos portos. No decorrer do século, essa função vai se reconfigurando, assim como ocorre com a disputa política, e diversos periódicos serão subordinados a interesses de partidos e de poderes locais – os chamados “órgãos de partido”.

As folhas informativas, supostamente neutras, teriam como pioneiro *O Diário do Rio de Janeiro*, inaugurado em 1821 e mantido inicialmente por subscrições, que publicava gratuitamente “todos e quaisquer anúncios ou Noticias particulares, que convenham, e que seja lícito imprimir” (*Diário do Rio de Janeiro*, 02 jun. 1821, p. 4). A folha viria a ser conhecida pela alcunha “diário da manteiga” por veicular preços de mercadorias e cotações diversas, tendo como concorrente o *Jornal do Commercio*, fundado em 1827 e dirigido especificamente aos “senhores negociantes”, publicando diariamente “tudo o que diz respeito ao Comércio, tanto em Anúncios, como em Preços Correntes exatos de Importação e Exportação, entrada e saída de Embarcações, etc., etc.” (*Jornal do Commercio*, 01 out. 1827, p. 1). Apesar de ambos os periódicos possuírem fases mais “políticas” no decorrer do século – isto é, momentos em que explicitaram mais sua adesão a determinados projetos políticos e partidos –, sua longevidade sinaliza que esse modelo de jornalismo estruturado enquanto empreendimento comercial e sustentado pelos anúncios e pela venda de espaço para publicações oficiais começava a se estabelecer. A *Gazeta de Noticias*, posteriormente, daria um passo a frente, buscando um público mais heterogêneo por meio de uma popularização do jornal enquanto mercadoria.

Levando em consideração a estreita relação entre imprensa, mercado e política, penso que seja oportuno tecer uma reflexão acerca dos graus de autonomia possíveis para a imprensa nesse jogo. Claudio Weber Abramo, em seu artigo "Brazil: a portrait of disparities", analisa esse triângulo partindo do princípio de que a venda de exemplares nunca cobre os custos operacionais de um jornal, que ficariam a cargo da publicidade. Entretanto, segundo o autor,

onde a produção econômica é fraca, não só as empresas não possuem recursos financeiros disponíveis para pagar por publicidade como também o mercado/público leitor em potencial dos jornais é pequeno. Em geral, a classe média e a classe trabalhadora (dentre estes os que possuem empregos, e nem tantos os têm) não possuem renda suficiente para gastar em jornais. Sua dificuldade para acessar informação é ainda agravada por altos índices de analfabetismo (ABRAMO, 2007, p. 94, tradução minha)³⁸.

Nessas condições, a imprensa assume uma posição mais subserviente em relação aos grupos que controlam a economia e, direta ou indiretamente, a política. Em contrapartida, nas regiões onde a economia é mais forte, observamos a produção de informações articulada como um negócio, em que os grupos detentores dos jornais estabelecem relações de competição nos moldes capitalistas – e não relações clientelistas, como no outro caso. Desse modo, o movimento ideológico se dá de forma mais indireta – ou mais velada –, pois o jornal não se comporta como braço de partido político, mas como um agente produtor de informações ideologicamente alinhado a determinados projetos políticos.

Deslocando essa leitura de Abramo acerca da imprensa dos séculos XX e XXI para pensarmos a do Oitocentos brasileiro, observamos que há o mútuo florescimento de um mercado, um público leitor e uma imprensa que começa a se estruturar como um negócio, oferecendo informação e lazer em troca da valorização comercial do espaço de suas páginas. Esse modelo de jornalismo, no entanto, coexiste com as folhas efêmeras sustentadas pelo aporte financeiro proveniente de partidos, grupos ou indivíduos, principalmente nas províncias, onde o mercado era mais incipiente – o que persiste até nossos dias.

Com a divisão do jornal em espaços editorial e comercializado, partimos do pressuposto de que os periódicos possuíam um caráter plurivocal, apresentando textos

³⁸ No original: “where economic production is weak, not only do firms not make enough money to pay for advertising but the newspapers’ potential market/readership is small. On the average, the middle and working classes (those who have jobs, and not too many do) do not earn enough to spend on newspapers. Their inability to access information is also compounded by low literacy rates”.

produzidos ou selecionados por sua redação e textos submetidos por terceiros – inclusive textos republicados de outros periódicos – praticamente justapostos. Dois dias antes da publicação da crônica de Lulu Sênior que menciona o texto assinado por Lei do Consensus, temos o mesmo artigo do *Cruzeiro* republicado na *Gazeta de Notícias*; em outra edição, encontramos nos “a pedidos”³⁹ um texto transcrito do periódico *Meio-Dia*, assinado por Luiz Murat, em que o autor convoca um coro de burros para julgar Silvio Romero, seu descendente, posicionando-se em relação à polêmica de Romero e Magalhães e lançando mão do escatológico de forma análoga à utilizada pelos contendores. Desse modo, cada jornal pode ser visto como um pequeno mosaico de vozes que, por sua vez, integra um mosaico maior composto por vários periódicos em tensão que disputam espaço e um público restrito.

Sendo assim, podemos observar ao longo do século a estruturação de uma esfera pública no Brasil, tendo a imprensa como seu suporte primordial a partir do qual as pessoas privadas discutem questões publicamente relevantes e, cada vez mais, buscam intervir no poder público. A partir dos anos 1870 teremos a consolidação de movimentos abolicionistas e republicanos que veicularão suas pautas por meio das páginas dos jornais, tanto nas seções editoriais como nas seções pagas. Ao lado da discussão desses problemas centrais para o país, encontramos questões miúdas de indivíduos como Ana Emília das Neves, que retira os poderes que confiara a Agostinho Valadares em uma procuração ou o Dr. João Borges Diniz, que acusa *A Folha Nova* de tê-lo caluniado.⁴⁰

A esfera pública burguesa desenhada por Habermas era calcada, em tese, no uso público da razão e na igualdade entre homens de classes distintas. Para deslocar a categoria para uma leitura do caso brasileiro, é preciso atentar, contudo, para as especificidades da constituição de nossa esfera pública. Considerando a leitura de Angela Alonso, que atribui aos intelectuais da geração 1870 uma apropriação das ideias estrangeiras dirigida para disputas políticas concretas – afastando-se do argumento de Roberto Schwarz (2000) de que a importação de ideias da burguesia europeia pelas elites brasileiras cumpria uma função predominantemente ornamental –, temos algumas tensões características da esfera pública brasileira no século XIX. Além da seletividade radicalmente acentuada por conta da desigualdade social, há a coexistência da

³⁹ Cf. “Publicações a pedido”, *Gazeta de Notícias*, 06 fev. 1884, p. 3.

⁴⁰ Cf. “Publicações a pedido”, *Gazeta de Notícias*, 09 jan. 1884, p. 2.

argumentação jurídica e da incorporação de sistemas científico-filosóficos oriundos da Europa com a expressão de valores comunitários baseados na honra e na retaliação pessoal, decorrentes da falta de regulamentação da vida social.

Entretanto, ao menos pensando no caso específico que foi estudado neste trabalho, apesar de todas as ofensas e de todos os insultos trocados, Silvio Romero e Valentim Magalhães viriam a encontrar algum tipo de conciliação. Se no âmbito das ideias e das afinidades pessoais eles continuaram separados, no âmbito do mercado eles foram postos literalmente lado a lado, como podemos ver no seguinte anúncio, veiculado em 28/06/1886:

Figura 5 – Livros baratíssimos

LIVROS BARATÍSSIMOS

Importantíssimo sortimento, senão o unico estabelecimento que possui milhares de livros, desde as mais luxuosas edições até as mais populares e modicas, que tudo vende a preço baratissimo, por ser o seu proprietario o Manda-Chuva, á

Casa de 4 portas 65 E 67 RUA DE S. JOSÉ 65 E 67 Casa de 4 portas

<p>Importantissimos romances</p> <p>Pedro Hispanhol, romance original, por José do Patrocínio, 1 vol. 18500; Os amantes naufragados, importante romance de peripécias marítimas, 1 vol. 300 rs.; Caridade e rigorismo, soberbo romance de Escrich, tradução do Dr. Souza Rego, 1 vol. 500 rs.; A escrava convertida, celebre romance de Montápin, tradução do mesmo, 1 vol. 800 rs.; A seroia, romance de sensações amorosas, 3 vols. em 2, por Montápin, 18; Supplico de uma mãe, soberbo romance de Lamartine, 1 vol., 500 rs.; Fructo de um crime, importantissimo romance, 1 vol., 500 rs.; Penelope normanda, por Alfonso Karr, 1 vol. 500 rs.; A honra de um cavaleiro, romance historico, por Dias Freitas, 1 vol., 500 rs.; Margarida ou dous amores, por Emilio Girardin, 1 vol., 18; Jorge e o capitão dos piratas, monumental peça litteraria, que passa por obra prima do grande escriptor Alexandre Dumas, 2 gr. vols., 18; A perola de ouro, 1 vol., 500 rs.; O rio do Quarto, por Joaquim Manuel de Macedo, 1 vol. 18; As consolações de uma abba-deça (leitura para homens), 1 vol. 300 rs.; Cotidinho, 1 vol. 18; A Dama das Camélias, por Dumas Filho, 1 vol. 500 rs.; A Dama das Perolas, pelo mesmo, 1 vol. 18 (estas duas obras foram as que firmaram a reputação litteraria de seu auctor); Um capitulo de quinze annos, por Julio Verne, 1 vol. 28; Viagem ao redor do mundo em oitenta dias, pelo mesmo, 1 vol. 18; O abandonado, pelo mesmo, 1 vol. 18; Miguel Strogoff ou o corso do Czar, 2 vols., pelo mesmo, 28; Baroneza do Amor, ultima obra publicada pelo praezido escriptor Joaquim Manuel de Macedo, 2 grs. vols. 28; Nina, historia de uma mulher, pelo mesmo, 2 vols. 28; As victimas algeozes, pelo mesmo, 2 vols. 38; O primo Bazilio, romance realista de Eça de Queiroz, 2 vols. de 800 pagas. 18; Graziella, obra prima e sentimental de Lamartine, 1 vol. 500 rs.; O medico varmelho, por Ponsou du Terrail, 5 vols. encs. em 1. com grav. 48000.</p> <p>Importantissimas obras de philosophia</p> <p>Philosophia, por Charma, 1 vol. 18300; Philosophie de l'esprit humain, par Dugald-Stewart, 3 vol. enc. 38; Notions de philosophie, par Jourdain, 1 vol. enc.</p>	<p>400 rs.; Manuel de philosophie, par M. Rattier, 1 vol. enc. 800 rs.; Elements de philosophie, par Aulard, 1 vol. enc. 600 rs.; Précis de philosophie, par Bernard, 1 vol. enc. 500 rs.; Cours de philosophie, par Thiel, 1 vol. enc. 300 rs.; Manuel de philosophie, par Jules Simon, 1 vol. enc. 18; Philosophie scientifique et ses consequences sociales, 1 vol. enc. 18; Penos de philosophia, por Lapa Trancoso, 1 vol. enc. 18500; Compendio de philosophia, por Mont'Alverne, 1 vol. enc. 18400; Philosopho Solitario, 1 vol. enc. (raro), 28; Lições de philosophia elementar, Soriano, 1 vol. enc. 38500; La philosophie chrétienne, par Ventura da Raülca, 2 vols. enc. 28; La raison philosophique et la raison catholique, par le même, 4 vols. enc. 48; Compendio de philosophia catholico-racional, por frei Centellas Capuchinho, 1 vol. enc. 500 rs.; Philosophie de la religion, par Augé, 1 vol. enc. 28; Raggiamenti filosofico-morali del cardinali Lodovico Micara, 1 vol. enc., com retrato do auctor, 400 rs.</p> <p>Magnificas e modernissimas obras litterarias e scientificas</p> <p>L'étude des langues ramené a ses veritables principes, par Marcel, 1 vol. enc. 18200; Recueil de compositions francaises, par Paronnau, 1 vol. enc. 18200; Traité de mythologie philosophique et morale, par Percep. 1 vol. enc. 800 rs.; Etudes litteraires, grammairi générale, par Hennequin, 1 vol. enc. 18; La morale dans le drama, epopée et le roman, par Arreat, 1 vol. enc. 18500; Premiers principes d'estyle, par Pelissier, 1 vol. enc. 800 rs.; De la lecture des cartes étrangères, par Henry Marger, 1 vol. enc. 800 rs.; Methode analytique d'estyle, par P. 1 vol. enc. 800 rs.; Principes de rhetorique, par Herbanit, 1 vol. enc. 18; Guide pratique du médecin et du malade aux eaux minerales, par Kuumont, 1 vol. enc. 400 rs.; Através l'Italia, notes d'un tonista, par Du Bois, 1 vol. enc. 18; Précis d'histoire de France, par Chalamel, 1 vol. enc. 18200; Curiosités des lettres, science et des arts, par Joliet, 1 vol. enc. 48500; Traité de versification française, par Louis Mainard, 1 vol. enc. 800 rs.; Litterature, composition et style, par Rina, 1 vol. enc. 18500; Cours de rhetorique,</p>	<p>par Amar, 1 vol. 48; L'art est rational, par Lecquerquo, 1 vol. enc. 28; La pharsale, Lucain, 1 vol. enc. 28; Victor Hugo, sa vie, ses oeuvres, par Barbon, 1 vol. enc., com dous retratos de Victor, 18800; Premières leçons d'histoire litteraire, 1 vol. enc. 18500; Petite histoire ancienne des peuples de l'orient, 1 vol. enc. 18200; Petite histoire des grecs, par Van den Berg, 1 vol. enc. 28; Cours (theorique et pratique de litterature, par Drioux, 1 vol. 18; Cours abrégé de litterature, par Vermolles, 1 vol. enc. 18; Lettres choisies de Voltaire, 1 vol. enc. 700 rs.; Cours classique de geographie, par Dubail, 1 vol. enc. 18500; Œuvres de Lucien-Damien: Le breviaire des comedians, 1 vol. enc. 18500; Les pays scandinaues, par Maximien Petit, 1 vol. enc. 18600; La terre, éléments de cosmographie, de meteorologie, par Gerardin, 1 vol. enc. 28; Discours sur l'estyle, par Buffon, 1 vol. enc. 18600; Cours critique et historique de litterature, par Henry, 1 vol. enc. 18400; Considerations sur les causes de la grandeur des romains, par Juleville, 1 vol. enc. 18; La revue politique et litteraire (suite des cours litteraires), anno completo de 1885, 2 enormes vols. 58000.</p> <p>America Contemporanea</p> <p>por Emilio Jorveaux, 1 vol. 18400; A litteratura brasileira nos tempos colonias, por E. Perier, 1 vol. 28; Hontem, hoje e amanhã, por D. Antonio Flores, 3 vols. 48500; Processo da monarchia brasileira, por Amphisio Filho, 1 vol. 28; Um terço do seculo, pelo mesmo, 1 vol. 18; A conferencia dos divinos, pelo Dr. Ferreira Vianna, 1 vol. 400 rs.; O ihello do povo, por Timandro, 1 vol. 600 rs.; O Flor, costumes brazileiros, por Galpi, 1 vol. 18; Almanach do horticultor para 1886, illustrado com 60 gravuras, 1 vol. 600 rs.; Propaganda anarchico-abolicionista, por Pina Machado, 1 vol. 300 rs.; Ciencia e consciencia, por Luiz Viardot, 1 vol. 500 rs.; Notas á margem dos ultimos harpejos, por Valentim Magalhães, 1 vol. 500 rs.; Valentim Magalhães, por Sylvio Romero, estudo, 1 vol. 500 rs.; A escravidão dos negros, por Condorcet, tradução de Aarão Reis, 1 vol. 500 rs.; As farpas, por Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, 1 vol. 500 rs.; A Igreja e o Estado, por Ganganelli, 4 vols. 480000.</p>
---	--	--

Nas linhas destacadas encontramos as *Notas à margem dos últimos harpejos*, de Valentim Magalhães, e *Valentim Magalhães: estudo*, de Silvio Romero, ambos postos à venda por 500 réis. Não bastasse a ironia de sua nivelção inclusive no preço – provavelmente equiparado por conta da semelhança de formato e matéria –, ambos os livros, compostos a partir dos textos veiculados nos periódicos, foram publicados ainda em 1884 pelo mesmo editor, Serafim José Alves. A polêmica, pois, transcendeu o jornal – suporte no qual já possuía apelo comercial –, chegando ao livro e granjeando alguma permanência, por mais que bastante restrita. Isso provavelmente se deve ao fato de o gênero polêmica apresentar um escopo mais fechado e por sua forma de “estudo”, possuindo um nível razoável de autossuficiência por seu foco se dirigir para o adversário e sua obra ao invés de se voltar para os acontecimentos que se desenrolam com o passar dos dias.

Talvez seja esse um dos fatores que justificaria as demais “notas à margem” de Magalhães não terem sido recolhidas em uma coletânea ou compilação. O volume *Balas de estalo*, publicado em 1887 pode ser visto como uma exceção, pois, apesar da popularidade atingida pela série, a publicação desse tipo de seleta ainda não era prática corrente – a compilação dos folhetins de Alencar, por exemplo, traz tanto o interesse histórico do editor como o prestígio já alcançado pelo autor. Considerando o precedente da publicação em livro dos textos escritos por Ferreira de Araújo para a seção “Cousas políticas”, é possível que a coletânea das “Balas de estalo” tenha sido também um projeto de Araújo, ainda mais tendo em vista o fato de que todas as crônicas do volume são de Lulu Sênior, seu pseudônimo, com a exceção de quatro textos de Zig-Zag precedidos pela seguinte nota assinada por L. S.:

A alma tacanha de Zig-Zag é absolutamente incapaz de compreender o sentimento de fraternidade que me leva a estampar neste livro glorioso o seu nome obscuro, e alguns dos seus ainda mais obscuros trabalhos; por isso, preciso confessar que os imprimo para que o público veja se há coisa mais sensaborona (ARAÚJO, 1887, p. 10).

Em seguida, temos os seis primeiros textos da paródia de polêmica realizada pelos dois pseudônimos nas “Balas de estalo”, o que demonstra a importância do evento para a organização do volume.

É oportuno destacar que, por mais que os textos que compõem a coletânea tenham sido bem sucedidos durante a publicação nas páginas da *Gazeta de Notícias*, eles não alcançam permanência principalmente por conta do nível de contextualização

que sua leitura exige.⁴¹ Isso não implica, contudo, falta de elaboração formal, e sim aponta para protocolos de escrita específicos, sedimentados e inseridos em uma série cujo projeto coletivo era bastante consistente, que respondem a funções sociais determinadas.

Observamos ao longo dos textos de Lulu Sênior e Zig-Zag abordados neste trabalho que há uma virada de posicionamento por parte dos pseudônimos em um curto intervalo de tempo. Em um primeiro momento, eles se opõem ao comportamento dos polemistas, repreendendo seus excessos e sua falta de profissionalismo. Em seguida, incorporam caricaturas de polemistas, satirizando o comportamento do estereótipo. Nesse deslocamento há uma incoerência entre os discursos dos pseudônimos, que é irônica na medida em que é utilizada para criticar um comportamento a partir de sua caricatura, e não irônica na medida em que o artifício formal do uso de pseudônimo no contexto da série possibilita uma margem de liberdade de manobra para o autor empírico, que não precisa respeitar qualquer continuidade a menos que isso lhe pareça conveniente. Podemos inferir a partir dessa amostra, amparada por uma leitura mais abrangente da série, que tais pseudônimos não se constituem enquanto personagens-narradores orientados teleologicamente, mas se constroem a partir da tensão entre o estilo e linhas de personalidade a eles atribuídas pelo autor empírico correspondente e a indeterminação histórica por ele experienciada, apresentando diversos gradientes de investimento e elaboração ficcionais.

Partindo dessa incoerência que não redundava em contradição, levanto a hipótese de que os pseudônimos nas “Balas de estalo” oscilem entre dois polos – a assinatura e o personagem constituído ficcionalmente. No primeiro polo, as ideias e estilo do cronista enfrentam uma menor opacidade por parte do pseudônimo, enquanto no segundo há uma preocupação maior com a autocaracterização, geralmente em abordagens que buscam situar o pseudônimo no “mundo real” – espacial e temporalmente –, por meio de anedotas. Penso que essa oscilação seja orientada por uma conveniência de procedimentos a partir da qual os autores utilizariam estratégias discursivas conforme o objeto ou temática abordados no texto; no caso da polêmica aqui discutida, faz-se necessária a obra fictícia dos pseudônimos para que o gênero e os sujeitos envolvidos

⁴¹ As “Balas de estalo” de Lélío, recolhidas em livro originalmente por Raimundo Magalhães Jr. no volume *Crônicas de Lélío*, devem sua permanência em boa parte ao nome de Machado de Assis, o autor empírico por trás do pseudônimo.

sejam mimetizados de forma mais complexa. Entretanto, tão logo a discussão perde o fôlego e o interesse, a paródia de polêmica esmaece e a suposta obra dos pseudônimos deixa de existir, dando espaço para assuntos mais relevantes – um deslize do *Jornal do Commercio*, uma peça de Artur Azevedo e sua repercussão...

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Claudio Weber. Brazil: a portrait of disparities. *Brazilian journalism research*. Brasília, v. 3, n. 1, p. 93-107, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/download/101/100>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

ALENCAR, José de. *Ao correr da pena*. Organização José Maria Vaz Pinto Coelho. São Paulo: Tipografia Alemã, 1874. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00175300>>. Acesso em: 12 mai. 2016.

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARAÚJO, José Ferreira de Souza. *Cousas politicas*. Rio de Janeiro: Tipografia da Gazeta de Noticias, 1884. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/222269/000017996.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

ARRIGUCCI JR., Davi. Fragmentos sobre a crônica. In: _____. *Enigma e comentário: ensaios sobre literatura e experiência*. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800 - 1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BENJAMIN, Walter. O autor como produtor. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet; prefácio de Jeanne Marie Gagnebin [8ª ed. revista]. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Obras escolhidas v. 1).

BERGAMINI, Atílio; TATIM, Janaína. Machado de Assis no tabuleiro das “Balas de estalo”. *Organon*. Porto Alegre, v. 28, n. 55, p. 33-53, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/42399>>. Acesso em: 26 mai. 2016.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. v. 2. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00295720>>. Acesso em: 16 abr. 2016.

BOENAVIDES, William Moreno. *As formas da intervenção: política nas Balas de Estalo* de Machado de Assis. 176 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/61728>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: _____. [et al] *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CARVALHO, José Maurício. *Antologia do culturalismo brasileiro: um século de filosofia*. Londrina: Ed. UEL, 1998. Disponível em: <http://www.cdpb.org.br/antologia_cult_brasileiro2.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2016.

CHALHOUB, Sidney. A crônica machadiana: problemas de interpretação, temas de pesquisa. *Remate de males*. Campinas, v. 29, n. 2, p. 231-246, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/remate/article/view/1055/993>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp. 2005.

DIAS, Rodrigo César. O jornal como tribuna: uma polêmica literária nas “Balas de estalo”. *Travessias interativas*. Ribeirão Preto, v. 10, n. 2, p. 1-17, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.travessiasinterativas.com/_notes/vol10/rodrigo.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2016.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Eletrônico Houaiss*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009. CD-ROM.

KOSERITZ, Carl von. *Imagens do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. A nova geração. In: _____. *Crítica Literária*. São Paulo: W. M. Jackson Inc., 1957.

_____. *Balas de estalo de Machado de Assis*. Organização, introdução e notas: Heloisa Helena Paiva de Luca. São Paulo: Annablume, 1998.

MAGALHÃES, Valentim. *Notas à margem dos últimos harpejos*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. (Plaquetas da Oficina v. 11).

MEYER, Marlyse. Voláteis e versáteis: de variedades e folhetins se fez a *chronica*. In: _____. *As mil faces de um herói canalha e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998.

MICELI, Sergio. *Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

MINÉ, Elza. *Páginas flutuantes: Eça de Queirós e o jornalismo no século XIX*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

NUNES, Bruna da Silva. *A representação da moda feminina nas “Balas de estalo”*: uma leitura das crônicas de Lélío e Lulu Sênior. 50 f. Monografia (Graduação em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2013. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10183/95043>>. Acesso em 18 abr. 2016.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *O carnaval das letras*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1994.

PEREIRA, Milena da Silveira. *Insultos e afagos: Sílvio Romero e os debates de seu tempo*. 119 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca. 2008. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/milena-da-silveira-pereira.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

PERLATTO, Fernando. “Seletividade da esfera pública e esferas públicas subalternas: disputas e possibilidades na modernização brasileira”. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 23, n. 53, p. 121-145, Mar. 2015. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782015000100121&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 out. 2015.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. *Política e humor nos últimos anos da monarquia: a série “Balas de Estalo”* (1883-1884). 168 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2005. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=vtls000350300>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

_____. *As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas “Balas de estalo de Machado de Assis*. 410 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2005. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000473160>>. Acesso em: 18 abr. 2016

ROMERO, Silvio. *Últimos harpejos*. Pelotas, Porto Alegre: Carlos Pinto & C., 1883.

_____. *Valentim Magalhães: estudo*. Rio de Janeiro: Tipografia da Escola de Serafim José Alves. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/03385400>>. Acesso em: 12 mai. 2016.

SCHOPENHAUER, Arthur. *A arte de ter razão: exposta em 38 estratégias*. Organização e ensaio de Franco Volpi; tradução de Alexandre Krug (alemão) e Eduardo Brandão (italiano). São Paulo: Martins Fontes, 2009.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: _____. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

SÊNIOR, Lulu (José Ferreira de Souza Araújo). *Balas de estalo*. Rio de Janeiro: Tipografia da Gazeta de Notícias, 1887.

SILVA, Eduardo. *Dom Obá d’África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.

TATIM, Janaína. *De que são estas “balas”?* Um estudo sobre a seção “Balas de estalo” da *Gazeta de Notícias*. Monografia (Graduação) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/115686>>. Acesso em 18 abr. 2016.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil: 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Periódicos consultados

Autores e Livros. Rio de Janeiro, 1950.

Correio Mercantil. Rio de Janeiro, 1854.

Cruzeiro, O. Rio de Janeiro, 1883.

Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1821.

Folha Nova, A. Rio de Janeiro, 1883-1884.

Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 1875-1885.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 1827, 1884.

Paiz, O. Rio de Janeiro, 1885.

Revista Illustrada. Rio de Janeiro, 1887.

ANEXOS

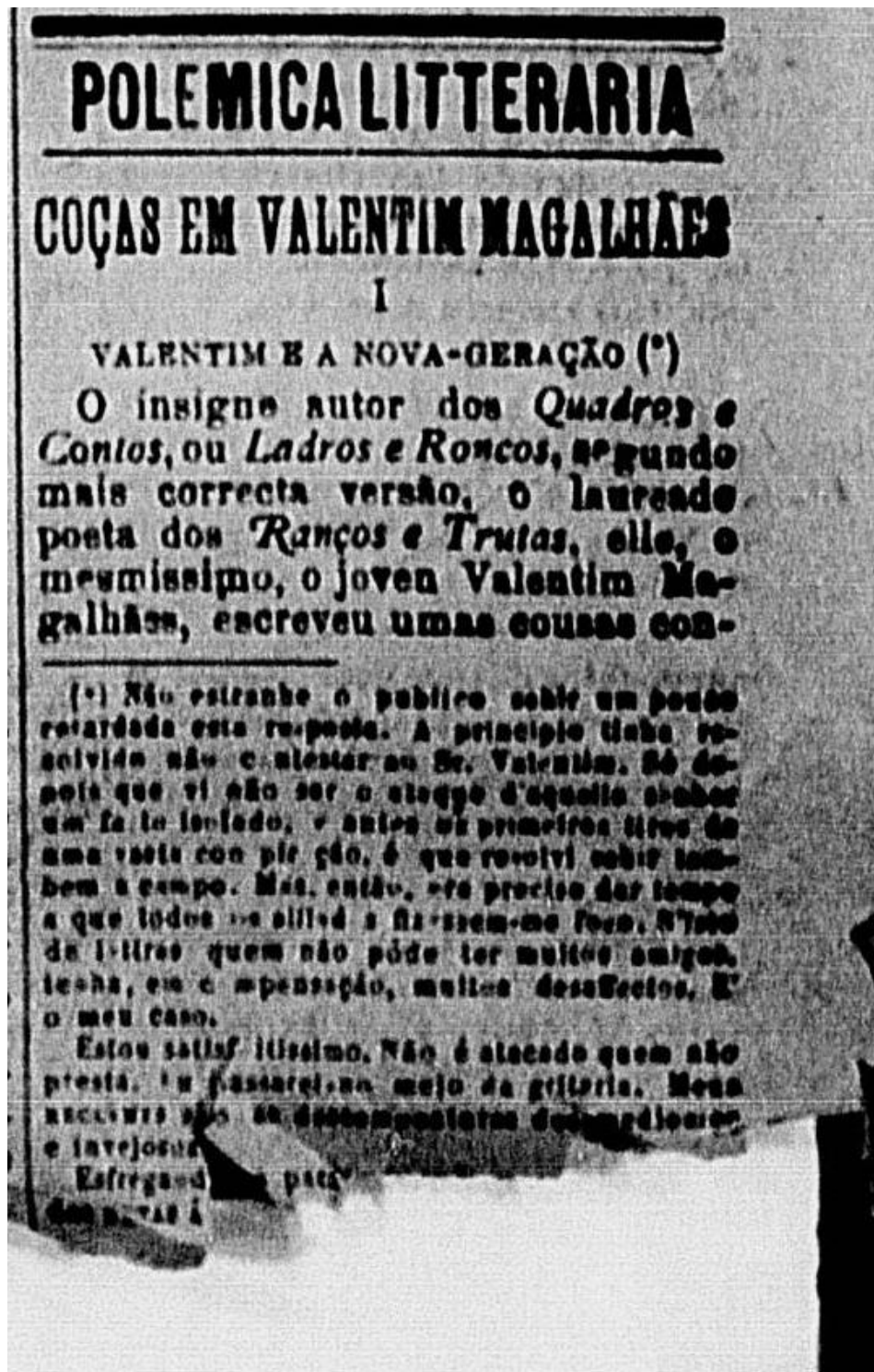
ANEXO A – Caracterização quanto às fontes de renda – 1900 – 1908

Jornal	Venda Avulsa	Assinatura	Tiragem diária	Pequeno anúncio
<i>Correio Mercantil</i>	100\$	16\$000 (s) 25\$000 (a)	30 mil	200\$
<i>Jornal do Brazil</i>	100\$	16\$000 (s) 30\$000 (a)	60 mil	200\$
<i>Jornal do Commercio</i>	-	30\$000 (s) 60\$000 (a)	20 mil	-
<i>Gazeta de Noticias</i>	100\$	16\$000 (s) 30\$000 (a)	35 a 40 mil	120\$ (a linha)
<i>O Paiz</i>	100\$	3\$000 (m) 19\$000 (s) 60\$000 (a)	15 mil	150\$ (a linha)

Fonte: Barbosa (2010)

Nota da autora: “no que se refere às tiragens, os números são, por vezes, contraditórios. Estabeleceu-se como critério básico a frequência nos diversos documentos pesquisados. Em 1890, por exemplo, *A Rua* divulga a tiragem de *O Paiz* como de 28.900 exemplares. Coelho Netto, em *A Conquista*, refere-se a uma tiragem de mais de 30 mil exemplares, tanto da *Gazeta* como de *O Paiz*” (BARBOSA, 2010, p. 124).

ANEXO B – Nota de Silvio Romero explicando o hiato entre a crítica de Valentim Magalhães e sua resposta



Fonte: *A Folha Nova*, 29 jan. 1884, p. 2.